

05 de maio de 2022

## RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 2019

### INTRODUÇÃO

Dez anos volvidos sobre o anterior Recenseamento, são várias as conclusões que podem ser retiradas da operação censitária realizada junto das explorações agrícolas da Região Autónoma da Madeira (RAM), entre outubro de 2019 e novembro de 2020. O número de explorações manteve-se relativamente estável face ao Recenseamento anterior, mas a área de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) registou uma diminuição, tal como os efetivos animais e a população agrícola familiar. Nas culturas, o realce vai para o crescimento da área de frutos subtropicais, que surge em contraponto com a quebra significativa na área de batata (semilha).

### **EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA - Quase as mesmas explorações que há 10 anos, mas com menos área útil**

Em 2019, foram recenseadas na RAM 13 534 explorações agrícolas, menos 77 que em 2009, o que representa uma redução de 0,6%. Por sua vez, e no mesmo período, a SAU diminuiu 15,2%, fixando-se nos 4 604 ha (1 hectare = 100 ares = 10 000 m<sup>2</sup>). A SAU por exploração recuou de 39,97 ares em 2009, para 34,16 ares em 2019.

A fig.1 mostra a distribuição das explorações pelo território regional, sendo visível uma maior concentração no município de Câmara de Lobos, que, apesar de ser o segundo município com menor área da ilha da Madeira, apresenta o maior número de explorações agrícolas ativas (2 140), apenas menos 13 que em 2009. Machico, ultrapassou Calheta (1 347) e Santana (1 486), constituindo-se no Recenseamento Agrícola 2019 (RA19) como o segundo município com mais explorações (1 659).

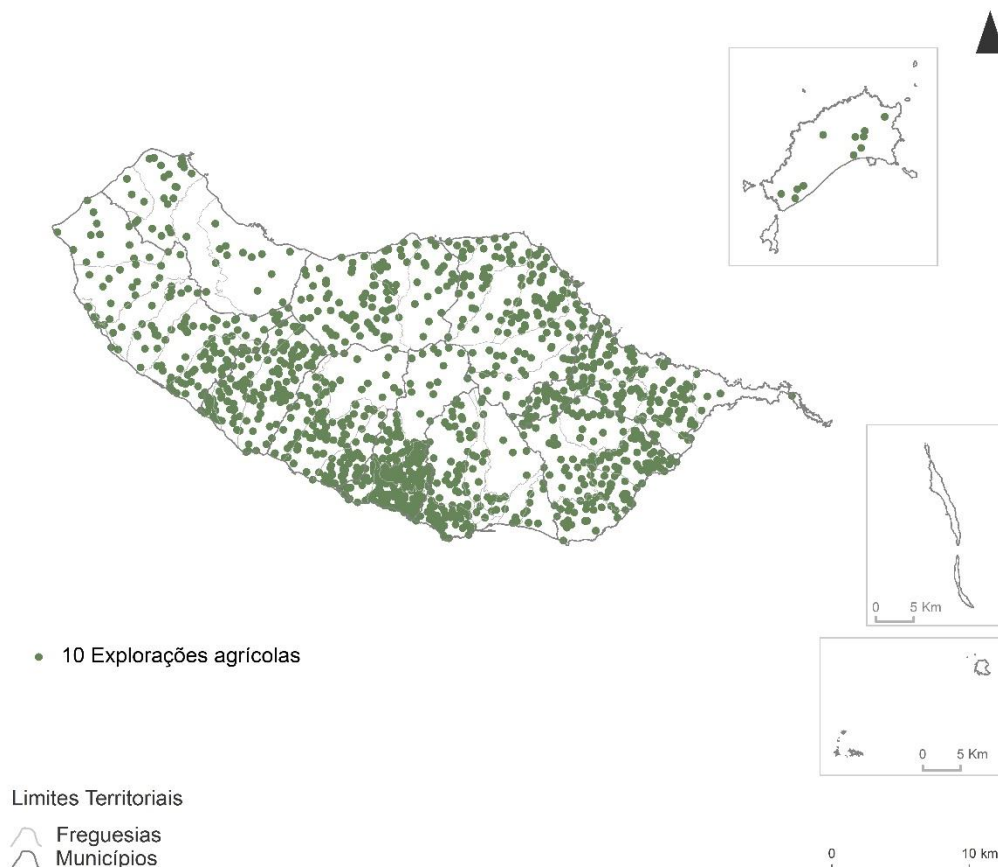


**Direção Regional de Estatística da Madeira**

*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*

O Porto Santo (114) e o Porto Moniz (369) surgem no polo posto, ou seja, como os municípios com menos explorações.

Fig. 1 - Explorações Agrícolas<sup>1</sup>



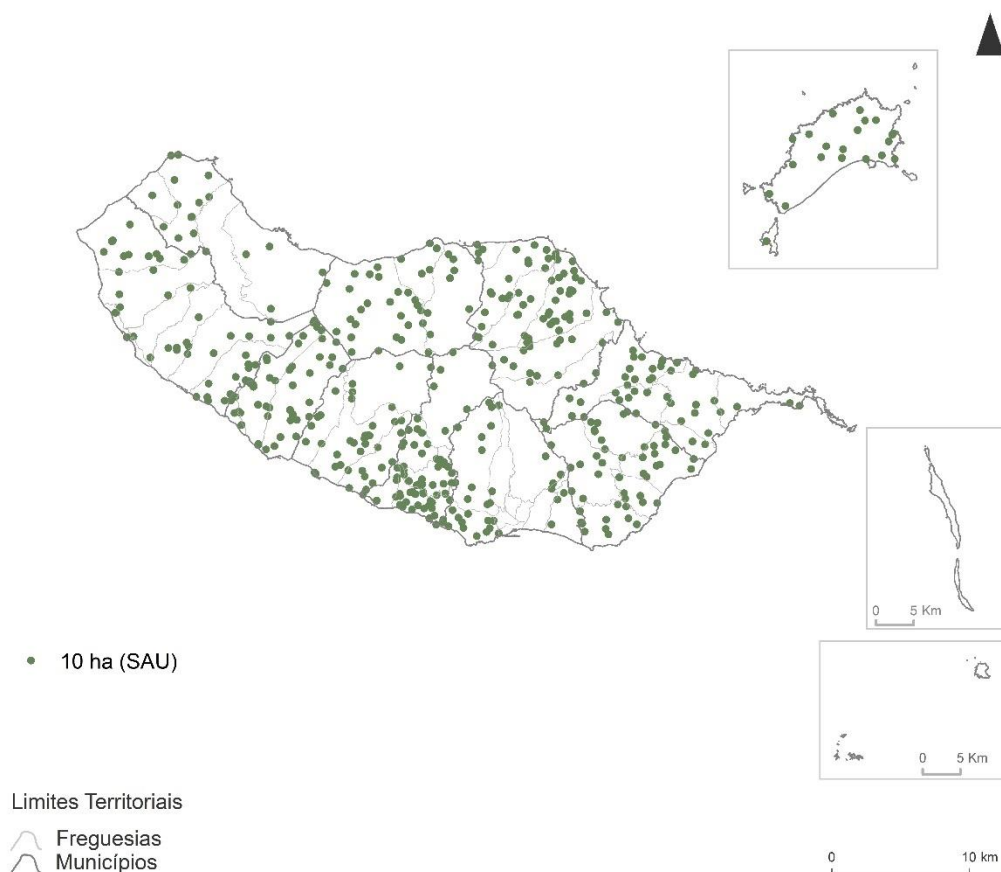
No que respeita à SAU, Santana é o município que concentra a maior área (705,4 ha), embora Câmara de Lobos (634,1 ha) se tenha aproximado comparativamente ao recenseamento anterior. Em 2009, a diferença entre os dois municípios em termos de SAU era de 201,0 ha, passando para apenas 71,3 ha, em 2019. O Porto Moniz mantém-se como o município com menos SAU (183,5 ha).

<sup>1</sup> [Nota: Com exceção dos cartogramas dos condicionalismos da atividade agrícolas (fig. 30 a 35), cuja localização das explorações está georreferenciada, nos restantes, a localização das explorações encontra-se referenciada ao nível da freguesia, sendo que a distribuição das mesmas dentro de cada freguesia é aleatória.]



No período intercensitário, a Ponta do Sol registou o maior aumento em termos de SAU (+5,3%), enquanto, no polo oposto, o Porto Moniz perdeu um terço da SAU (-33,3%). Com quedas da SAU acima dos 20% surgem ainda o Porto Santo (-31,2%), Machico (-27,2%) e Santana (-22,6%).

Fig. 2 – Superfície Agrícola Utilizada

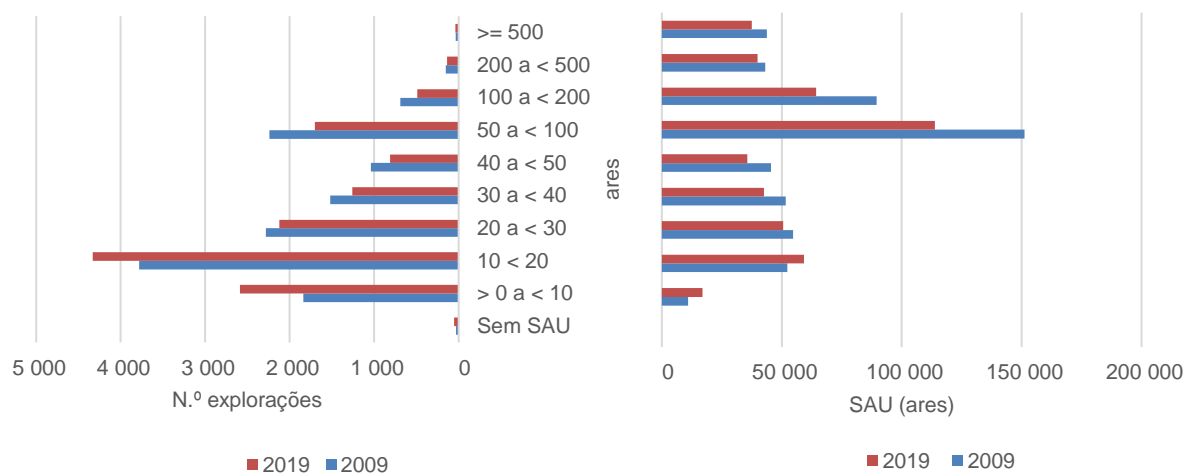


Os dados do RA19 confirmam a exígua dimensão das explorações agrícolas madeirenses, com mais de metade (51,5%) das explorações recenseadas a disporem de menos de 0,2 ha de área agrícola utilizada.

A percentagem de explorações com menos de 0,5 ha (82,5%) cresceu face ao recenseamento anterior, um valor efetivamente superior ao de dez anos antes (77,1%). Acima dos 5 ha de SAU foram contabilizadas, 38 explorações, mais 3 que no Recenseamento Agrícola 2009 (RA09).



Fig. 3 – Explorações por classes de SAU



Tal como no anterior recenseamento, os municípios da ilha da Madeira com maiores áreas médias de SAU são o Porto Moniz (49,7 ares) e Santana (47,5 ares), porém a um nível ainda inferior ao Porto Santo (186,7 ares).

As explorações agrícolas madeirenses são caracterizadas pela sua dispersão em blocos, ou seja, vários terrenos não contíguos administrados por um produtor, que utiliza normalmente a mesma mão de obra, máquinas e equipamentos para trabalhar esses terrenos. Em 2019, existiam 36 414 blocos para 13 479 explorações com SAU, ou seja, 2,7 blocos por exploração, rácio inferior ao do recenseamento de 2009 (3,8 blocos). Cada bloco tinha, em 2019, 12,6 ares de SAU, mais 2,0 ares que em 2009 (10,6 ares).

### NATUREZA JURÍDICA DO PRODUTOR – Sociedades passaram a concentrar mais área de SAU

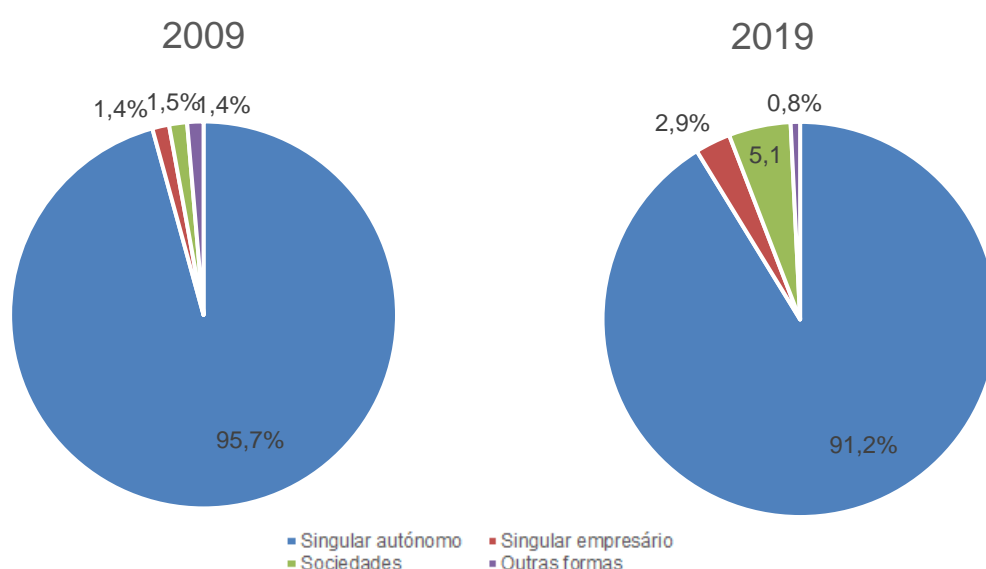
Os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas da Região eram esmagadoramente produtores singulares (98,6%), sendo estes maioritariamente autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão de obra familiar. Não obstante, o número de sociedades cresceu de forma acentuada, de 63 no RA09 para 160 no RA19. Apesar de serem em escasso número, as explorações das sociedades e das outras formas



jurídicas (explorações pertencentes ao Estado, Igreja, etc...) são em média de maior dimensão que as explorações dos produtores singulares. Pela mesma ordem, a SAU média destas naturezas jurídicas são de 146, 104 e 32 ares, respetivamente.

Fruto do crescimento da sua importância, as sociedades agrícolas concentravam, em 2019, 5,1% da área de SAU, contra apenas 1,5% em 2009.

Fig . 4 – Superfície Agrícola Utilizada, segundo a natureza jurídica do produtor, 2009 e 2019



No que respeita à forma da exploração da SAU no RA19, 92,9% é por conta própria e 3,4% por arrendamento. No recenseamento anterior, estas percentagens eram de 91,2% e de 3,6%, respetivamente.

### TIPOLOGIA DAS EXPLORAÇÕES – Número de médias e grandes explorações cresceu face a 2009

Com o objetivo de permitir a caracterização e a comparação das diversas estruturas e sistemas de produção agrícola da UE dos seus resultados económicos, está estabelecida uma tipologia comunitária que classifica as explorações em grupos homogéneos segundo a Orientação Técnico-Económica (OTE) e a Dimensão Económica (DE). Esta tipologia



assenta no Valor da Produção Padrão (VPP), isto é, no valor monetário médio da produção agrícola numa determinada unidade geográfica, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. Isto, por sua vez, permite o cálculo do Valor de Produção Padrão Total (VPPT) – que corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade – e a determinação da respetiva DE da exploração.

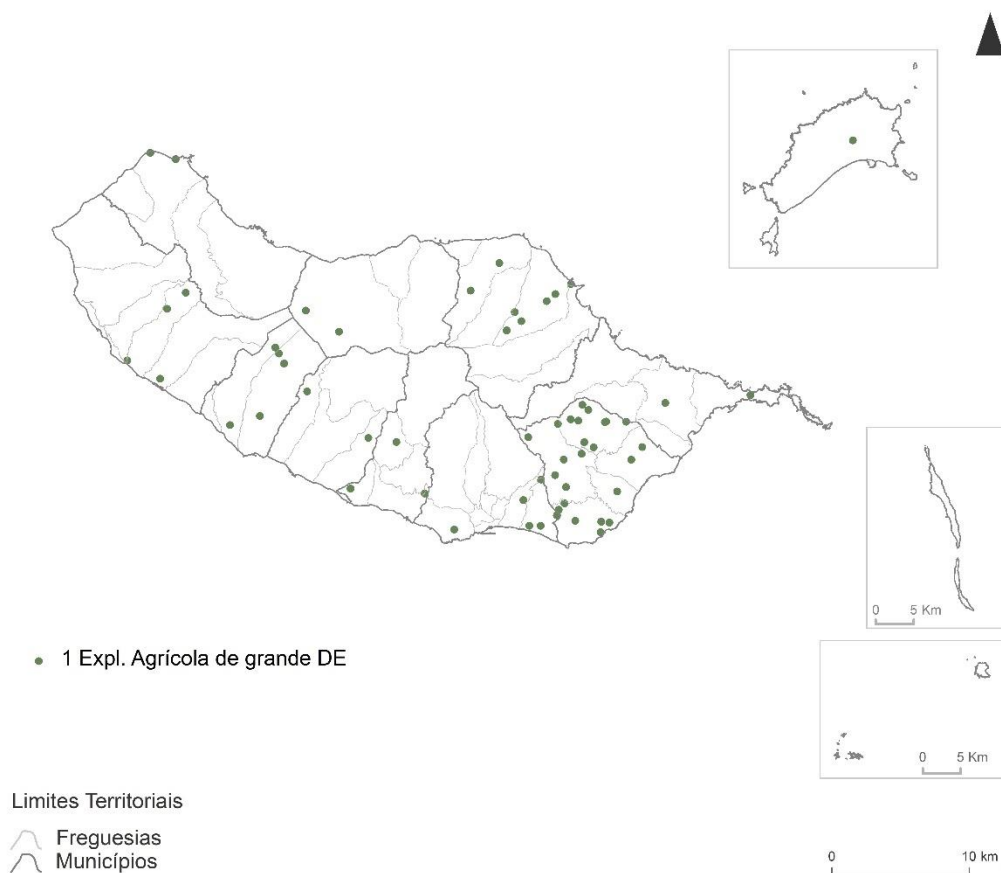
A OTE de uma exploração é determinada através da avaliação do contributo de cada atividade para a soma do VPPT dessa exploração.

O VPPT agrícola regional rondava, em 2019, os 107,1 milhões de euros (+33,1% comparativamente a 2009), apresentando cada exploração em média 7,9 mil euros de VPPT, um valor reduzido, que traduz a exiguidade das explorações regionais. Contudo, o número de médias e grandes explorações cresceu face a 2009, existindo na Região 59 explorações com um VPPT superior a 100 000 euros (grandes) e 436 com um VPPT compreendido entre os 25 000 e os 100 000 euros (médias). No recenseamento anterior, existiam 52 e 210 explorações com essa classificação, respetivamente. Pouco mais de um terço do VPPT global regional é originado por estas explorações, que representam apenas 3,7% do total de explorações da Região.

As explorações muito pequenas, as pequenas e o agregado das médias e grandes repartem o VPPT gerado na Região em partes muito idênticas, ou seja, cerca de um terço cada.



Fig.5 – Explorações agrícolas de grande dimensão



De acordo com o RA19, 65,5% das explorações agrícolas madeirenses são especializadas, uma percentagem quase idêntica ao do recenseamento anterior (65,3%). Esta especialização é essencialmente nas culturas permanentes (38,0% do total de explorações).

Desagregando por categorias, os VPPT mais elevados encontram-se em explorações especializadas em policultura (28,5 milhões de euros), em culturas permanentes (27,5 milhões de euros) e em horticultura intensiva e floricultura (18,0 milhões de euros).



Fig. 6 – Principais OTE da produção vegetal – culturas temporárias (2019)

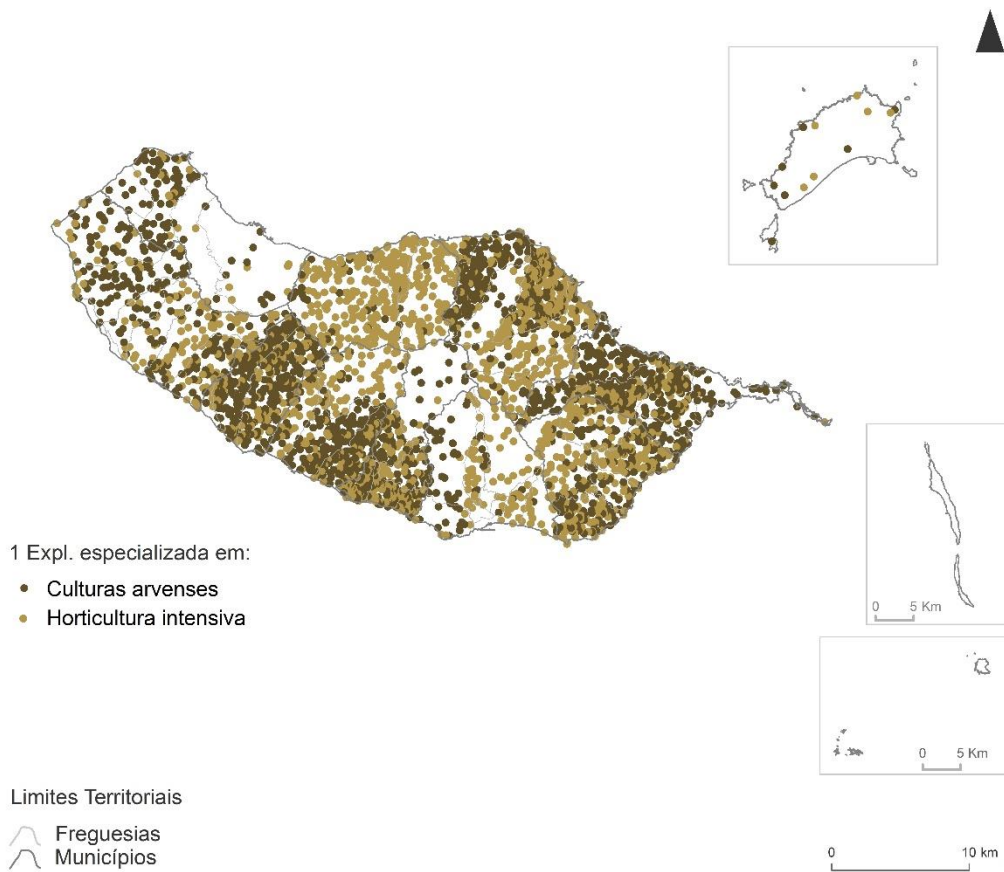
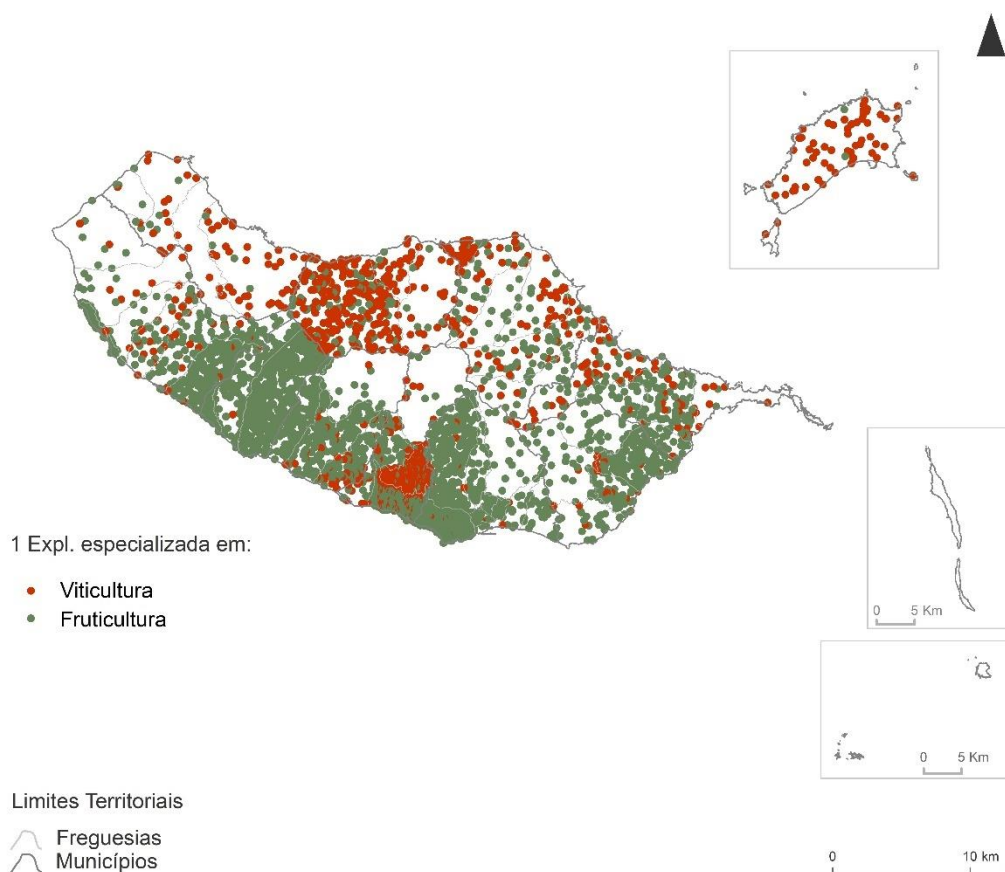


Fig. 7 – Principais OTE da produção vegetal – culturas permanentes (2019)



## UTILIZAÇÃO DAS TERRAS – Preponderância das culturas permanentes aumentou

A superfície total (soma da SAU com os matos e povoamentos florestais, superfície agrícola não utilizada e outras superfícies) das explorações agrícolas madeirenses era, em 2019, de 6 679,4 ha, sendo que a SAU detém 68,9% desse total, seguida pela superfície florestal sem aproveitamento agrícola (14,7%). No recenseamento anterior, estes pesos eram de 76,0% e 10,7%, respetivamente. A superfície agrícola não utilizada, que consiste em área que não é explorada para agricultura, embora já o tenha sido no passado, representa 11,8% da superfície total (8,6% em 2009), enquanto as outras superfícies (edifícios, caminhos, logradouros, etc...) representam os restantes 4,6% (4,7% em 2009).



**Direção Regional de Estatística da Madeira**

*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*

A superfície total agrícola representava, em 2019, 8,3% da área da RAM (8,9% em 2009), superando os 10% em Câmara de Lobos (14,3%), em Santana (12,7%), em Santa Cruz (12,5%) e na Ponta do Sol (12,0%). No polo inverso surge o Porto Moniz (2,6%).

Conforme referido anteriormente, a SAU apurada, em 2019, ronda os 4 604,4 ha, sendo a principal fração ocupada por culturas permanentes e terras aráveis, com 50,4% e 35,5%, respetivamente. Em 2009, estas percentagens eram mais aproximadas, de 45,7% e 41,3%, pela mesma ordem. As pastagens permanentes representavam 11,2% do total (9,6% em 2009) e a horta familiar 2,8% (3,4% em 2009).

Todos tipos de ocupação registaram decréscimos, mais expressivos na horta familiar (-29,0%) e menos pronunciados nas pastagens permanentes (-0,8%). Apesar da redução de 6,4%, as culturas permanentes reforçaram a sua posição como principal ocupação, enquanto as terras aráveis tiveram uma queda muito expressiva (-27,1%).

Fig. 8 – Utilização da SAU (variação 2009-2019)

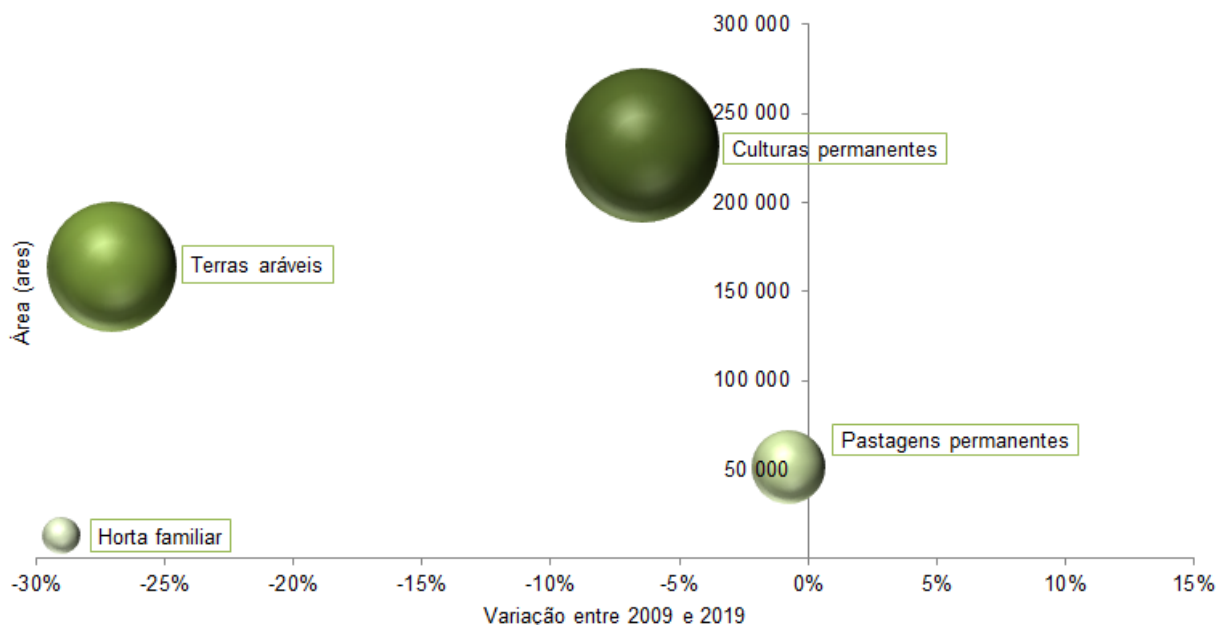
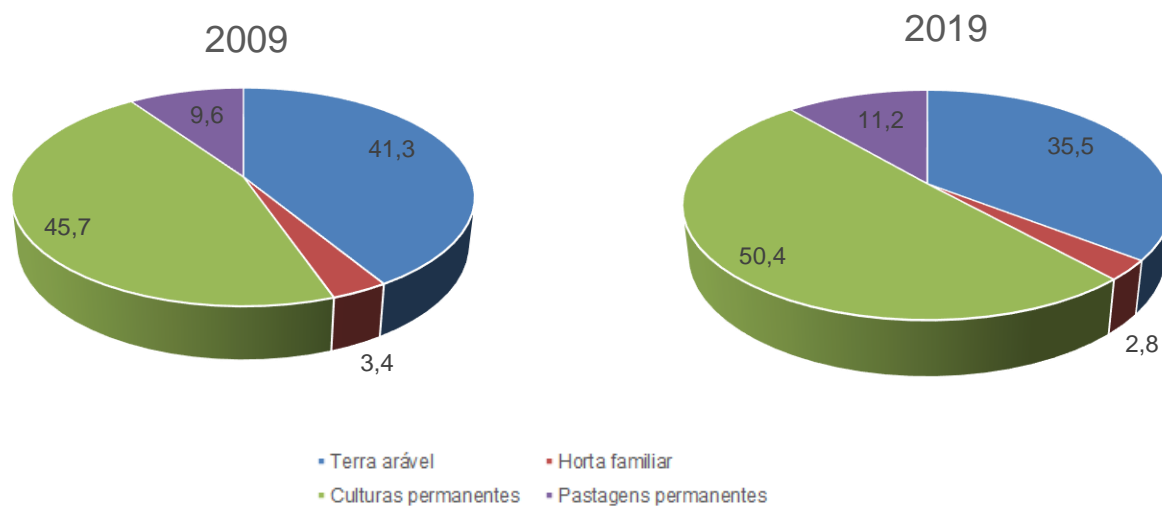


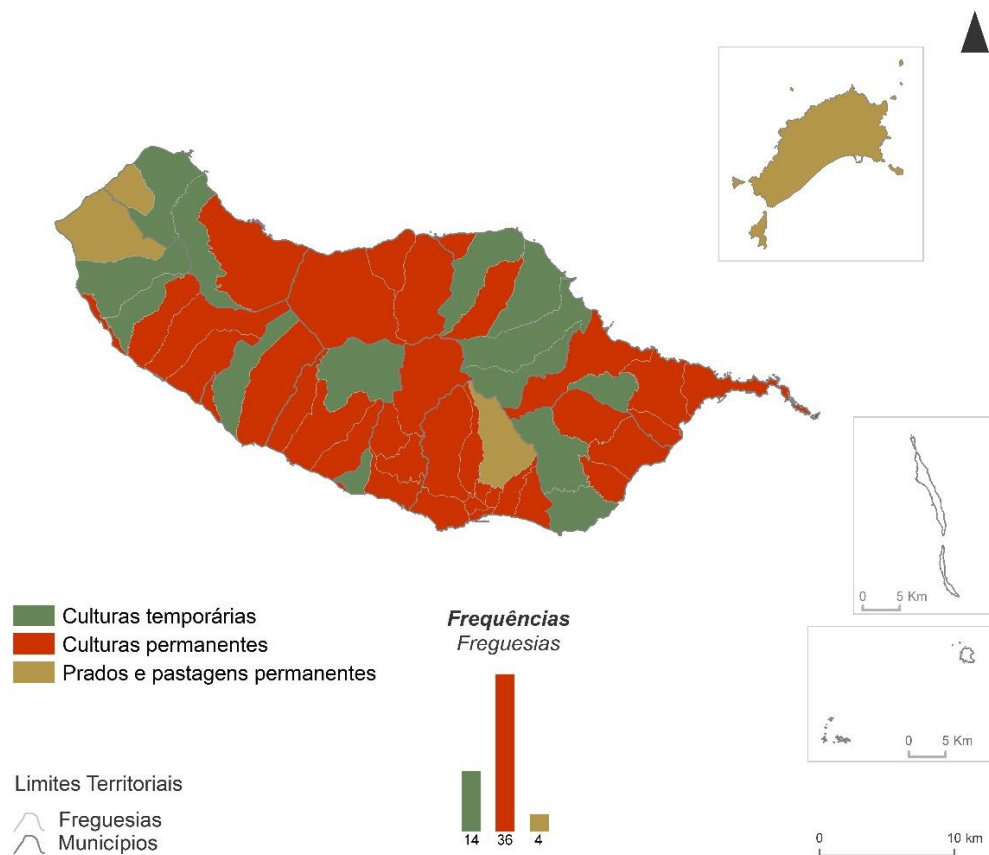
Fig. 9 – Utilização da SAU (%), em 2009 e 2019



A fig. 10 mostra que só existem 3 municípios nos quais as terras aráveis predominam: Porto Moniz, Santa Cruz e Santana. No Porto Santo, são as pastagens permanentes a forma mais comum de ocupação da SAU. O detalhe por freguesia mostra que, na ilha da Madeira, apenas Câmara de Lobos e São Vicente apresentam uma uniformidade na forma de ocupação predominante, com todas as freguesias que compõem estes municípios a apresentarem a maior parte da área de SAU com ocupação de culturas permanentes.



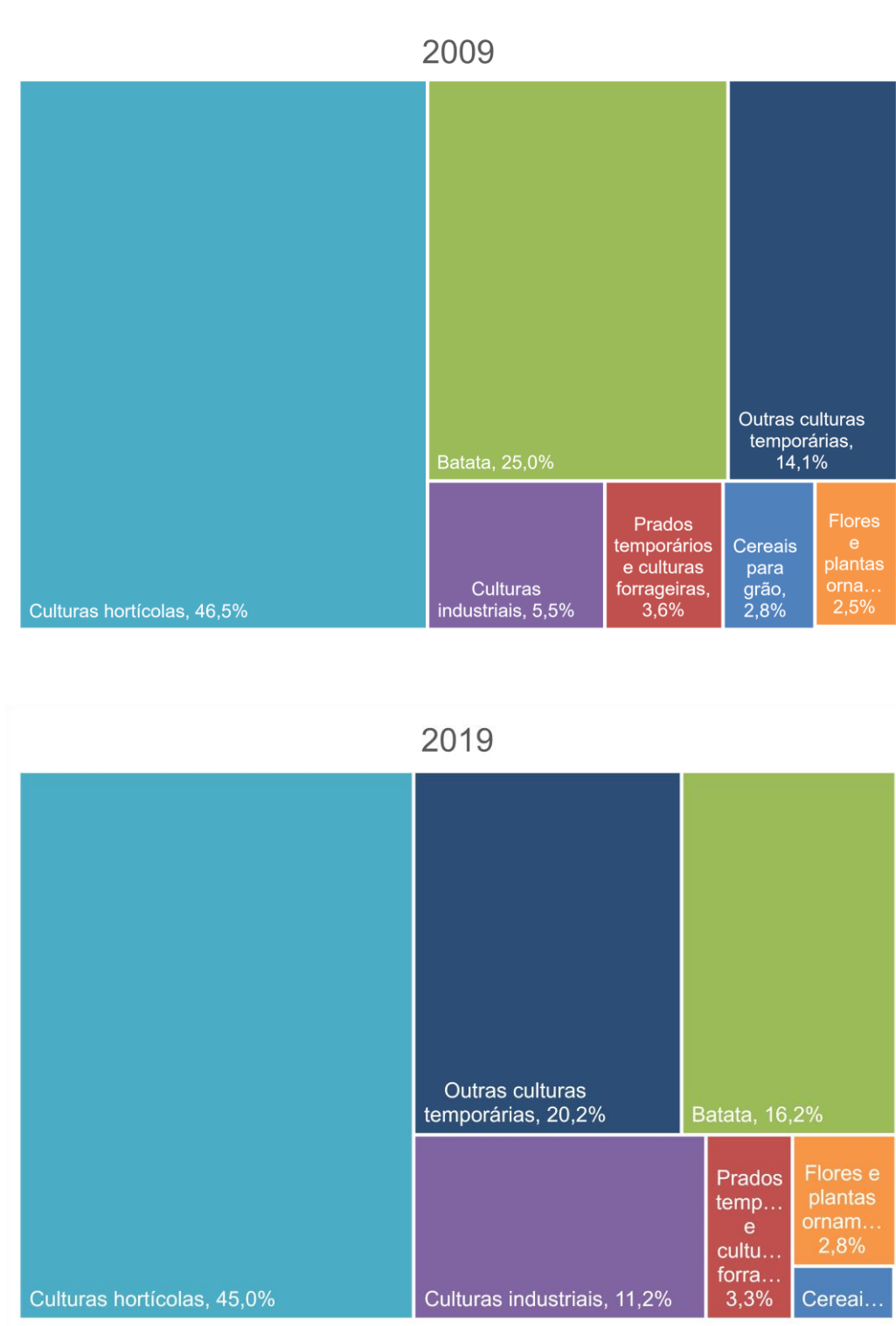
Fig. 10 – Utilização predominante da SAU (%), 2019



No conjunto das culturas temporárias, a predominância é da horticultura, que representa 45,0% da área em cultura principal (722,1 ha), seguida das outras culturas temporárias (nas quais estão incluídas a batata doce e o inhame), que pesam 20,2% (324,7 ha) e a batata, com 16,2% (260,4 ha). Comparativamente ao recenseamento anterior, apenas as outras culturas temporárias cresceram (+6,1%), com a batata (-52,0%) e as hortícolas (-28,5%) a registarem recuos. Saliência ainda para duas culturas características na Região: as industriais, onde está incluída a cana-de-açúcar, que ocupa 173,5 ha (+51,1% que em 2009), e as flores e plantas ornamentais cultivadas numa área de 45,4 ha (-16,3%).



Fig. 11 – Culturas temporárias em cultura principal, por tipo de ocupação



De referir a importância que têm as culturas secundárias, quer as sucessivas (ou seja, culturas que antecedem ou sucedem, no mesmo ano agrícola, uma cultura temporária de maior rendimento económico), quer as sob-coberto de permanentes (cultivadas em associação com culturas permanentes), que são realizadas com o intuito de rentabilizar ao máximo, a utilização dos terrenos. As culturas secundárias representam na RAM 23,1% da superfície total das culturas temporárias, o que compara com 8,6% no País. Este fenómeno é mais comum na batata, em que apenas 29,0% da área está em cultura principal.

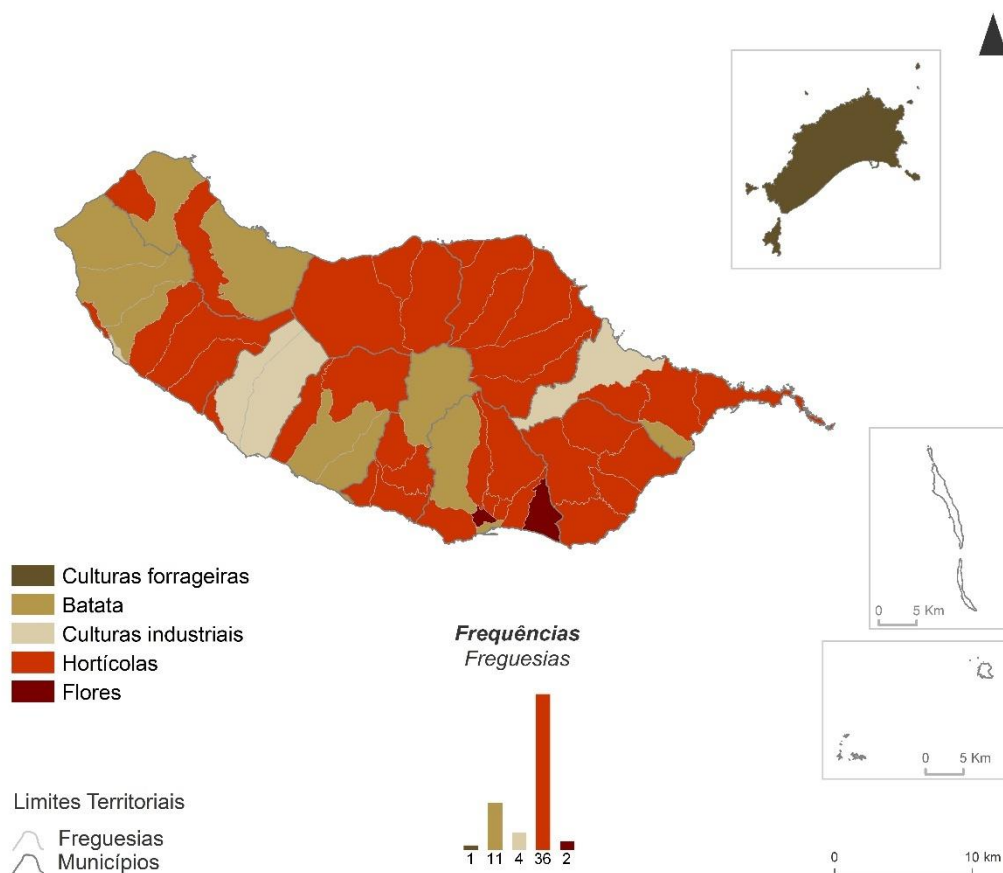
A área total de batata atingiu neste recenseamento os 897,6 ha, com Santana (225,4 ha) a concentrar mais de um quarto da área desta cultura. Seguem-se São Vicente (94,2 ha; 10,5% do total), Calheta (94,0 ha; também 10,5%) e Ribeira Brava (92,6 ha; 10,3%), todos com uma área superior a 90 ha.

As culturas hortícolas somam uma área total de 813,5 ha e mais uma vez Santana concentra a maior área (174,3 ha, ou seja, 21,4% do total), seguida de Santa Cruz (146,3 ha; 18,0%) e São Vicente (126,8 ha; 15,6%). Nota ainda para a redução importante na área de hortícolas em Câmara de Lobos (-51,7%), que fez este município cair da 3.<sup>a</sup> para a 4.<sup>a</sup> posição nos municípios com maior área de hortícolas.

A cana-de-açúcar está essencialmente concentrada na Ponta do Sol (67,2 ha, +102,5% que dez anos antes) e em Machico (37,1 ha, +17,2%), enquanto as principais áreas de floricultura situam-se no Funchal (15,7 ha, ou seja 34,5% do total) e em Santa Cruz (14,5 ha; 32,0%).



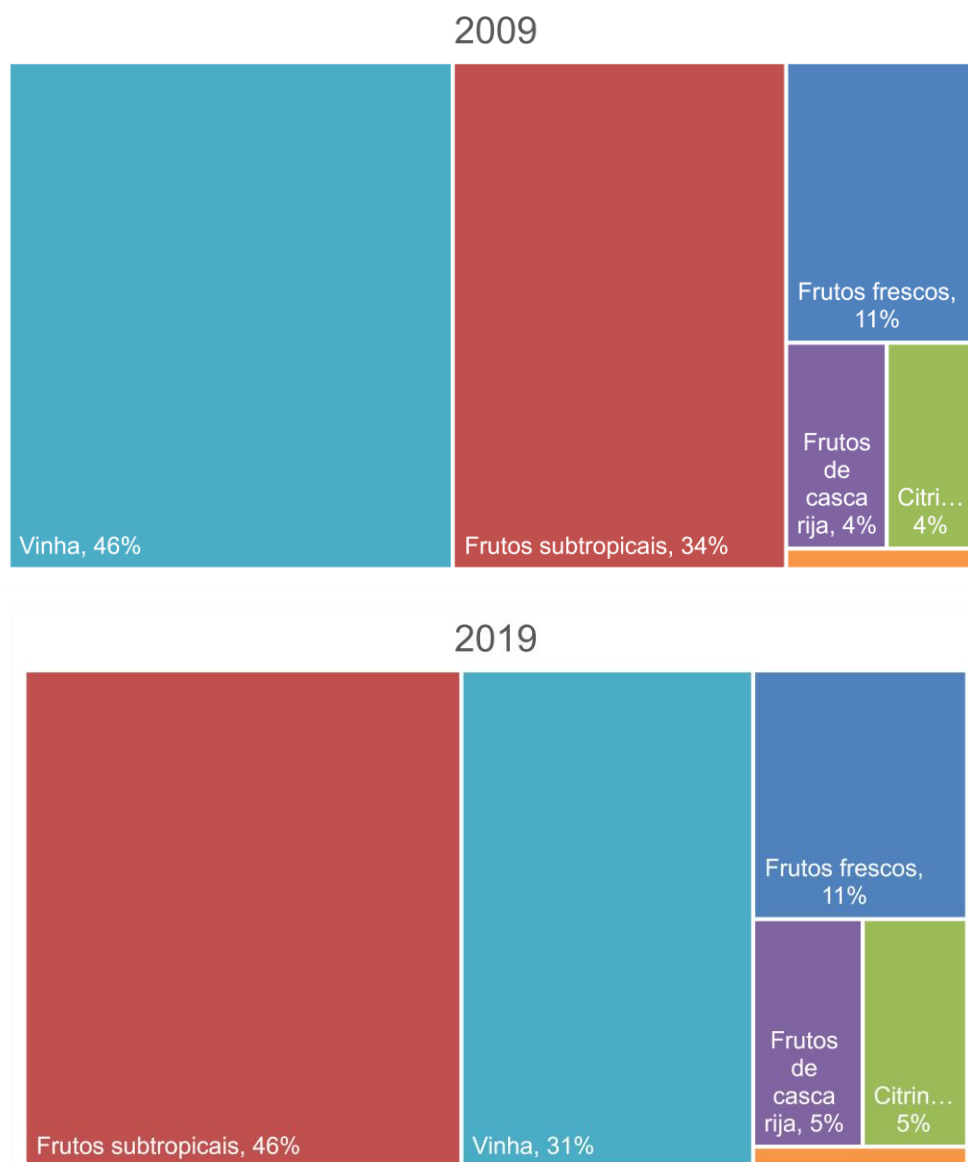
Fig. 12 – Ocupação predominante das culturas temporárias, 2019



Nos 2 322,4 ha de culturas permanentes existentes na RAM, os frutos subtropicais são predominantes (1 076,4 ha, 46,3% do total), tendo nestes últimos dez anos ultrapassado a vinha (719,0 ha, 31,0%). Comparativamente ao RA09, a área de frutos subtropicais cresceu 26,8% e a de vinha diminuiu 36,4%.



Fig. 13 – Culturas permanentes, por tipo de ocupação



Seguem-se os frutos frescos (onde estão as macieiras e as cerejeiras, por exemplo), com uma área de 262,8 ha (11,3% do total de permanentes), os frutos de casca rija (123,1 ha; 5,3%) e os citrinos (117,6 ha; 5,1%).

Nas subtropicais, destaque para a área de bananeira cuja área cresceu para os 822,4 ha, ou seja, +18,0% que no recenseamento anterior. Funchal e Ponta do Sol destacam-se, com áreas muito semelhantes, de 188,6 ha e 185,2 ha, representando 22,9% e 22,5% da área

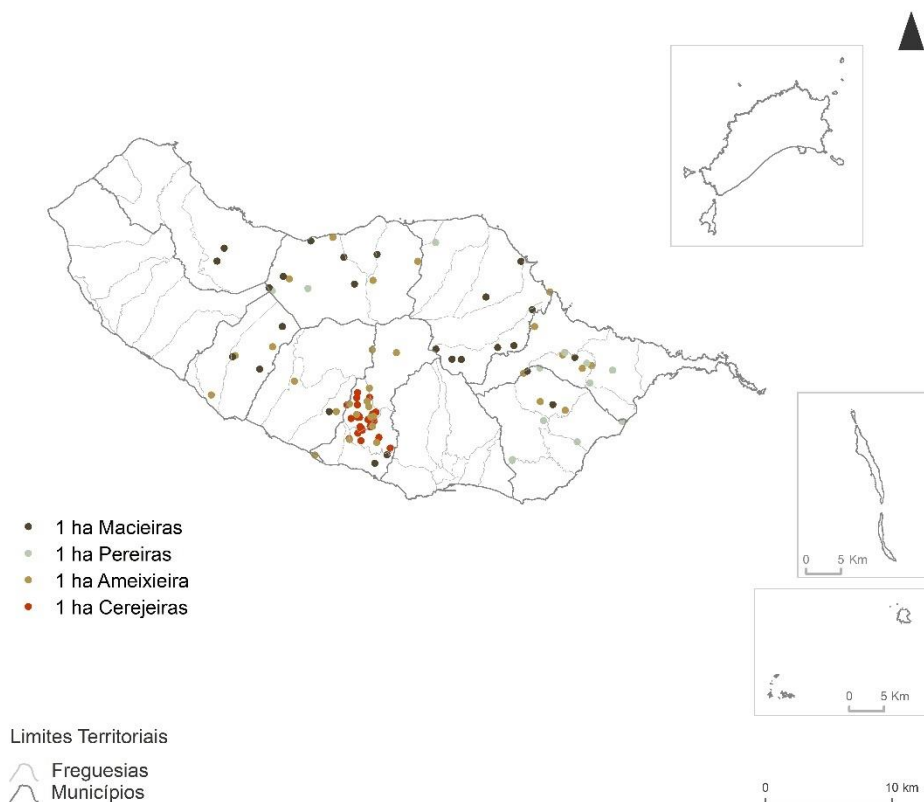


total de bananeira, respetivamente. Seguem-se Câmara de Lobos (156,2 ha, ou seja, 19,0%), Calheta (114,4 ha; 13,9%) e Ribeira Brava (92,4 ha; 11,2%).

No que diz respeito à cultura da anoneira, a área contínua é de 111,0 ha. Santana (27,6 ha; 24,9% da área total de anoneira) e Machico (25,8 ha; 23,2%) concentram as maiores áreas de anoneiras, seguidos de Santa Cruz (13,1 ha; 11,8%) e Funchal (12,3 ha; 11,1%).

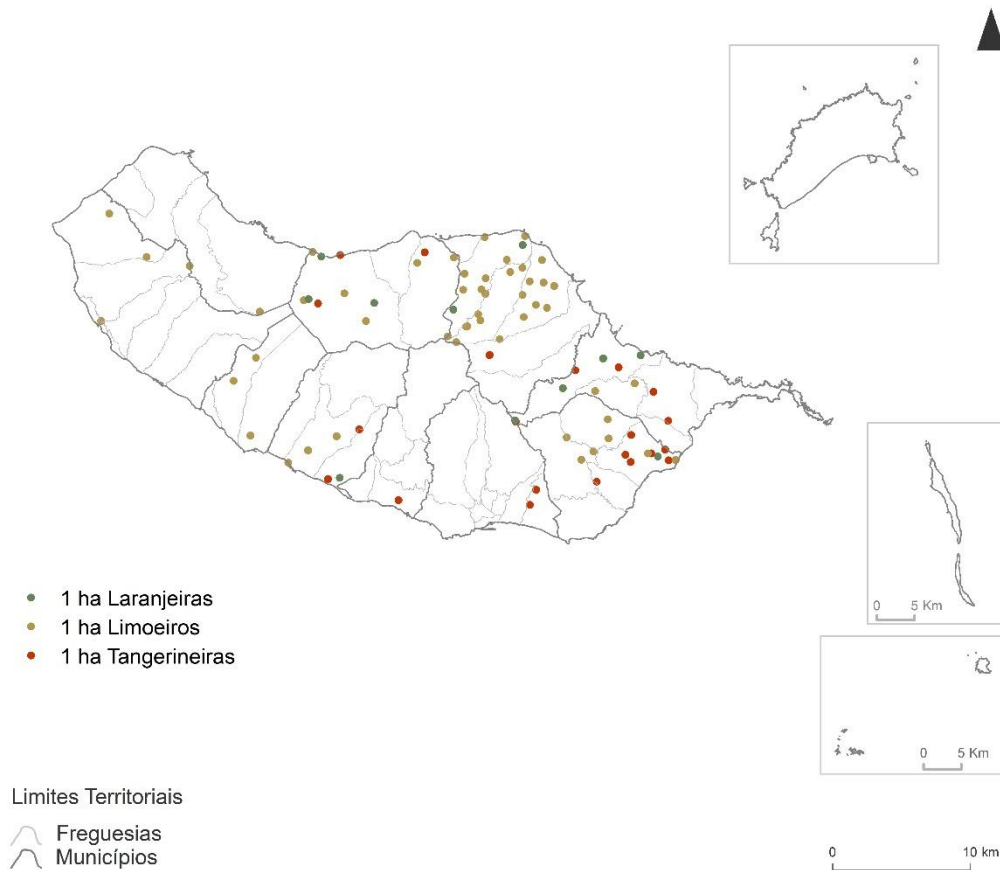
Nos frutos frescos, realce para as macieiras regionais (103,2 ha; 39,3% da área de frutos frescos) e para as ameixeiras (44,4 ha; 16,9%). Nota também para as cerejeiras (30,0 ha; 11,4%), cuja área caiu acentuadamente nos últimos dez anos (-48,2%). Estas duas últimas culturas estão mais concentradas em Câmara de Lobos, enquanto as macieiras regionais são mais comuns em Santa Cruz.

Fig. 14 – Superfície de macieiras, pereiras, pessegueiros, ameixeiras e cerejeiras, 2019



Nos citrinos, observou-se nos últimos dez anos, um crescimento na área de laranjeiras (ocupam 21,4 ha em área contínua, +35,6% que no RA09), mas principalmente das tangerineiras (33,9 ha, +295,7%). Por sua vez, os limoeiros contabilizam 60,0 ha, menos 12,4 ha que em 2009.

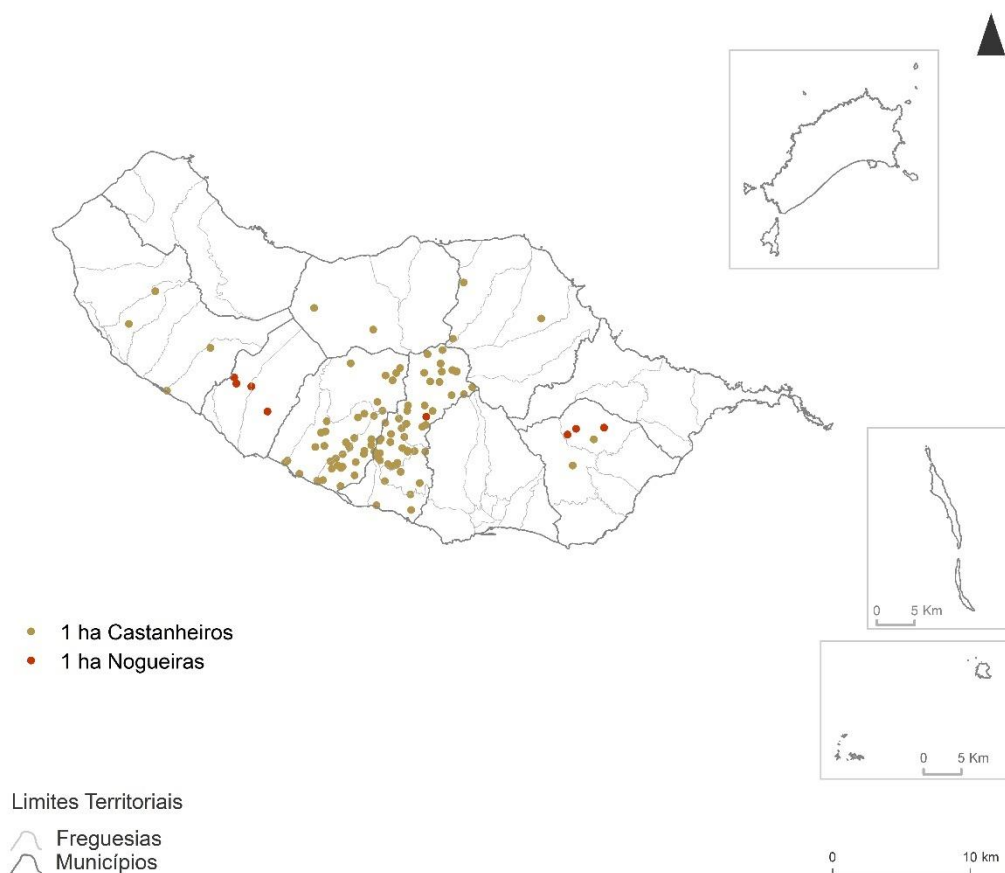
Fig. 15 – Superfície de laranjeiras, limoeiros e tangerineiras, 2019



No caso dos frutos secos, a área está praticamente toda afeta aos castanheiros (107,6 ha), concentrados em Câmara de Lobos (48,9 ha; 45,5% da área total) e na Ribeira Brava (40,0 ha; 37,2%).



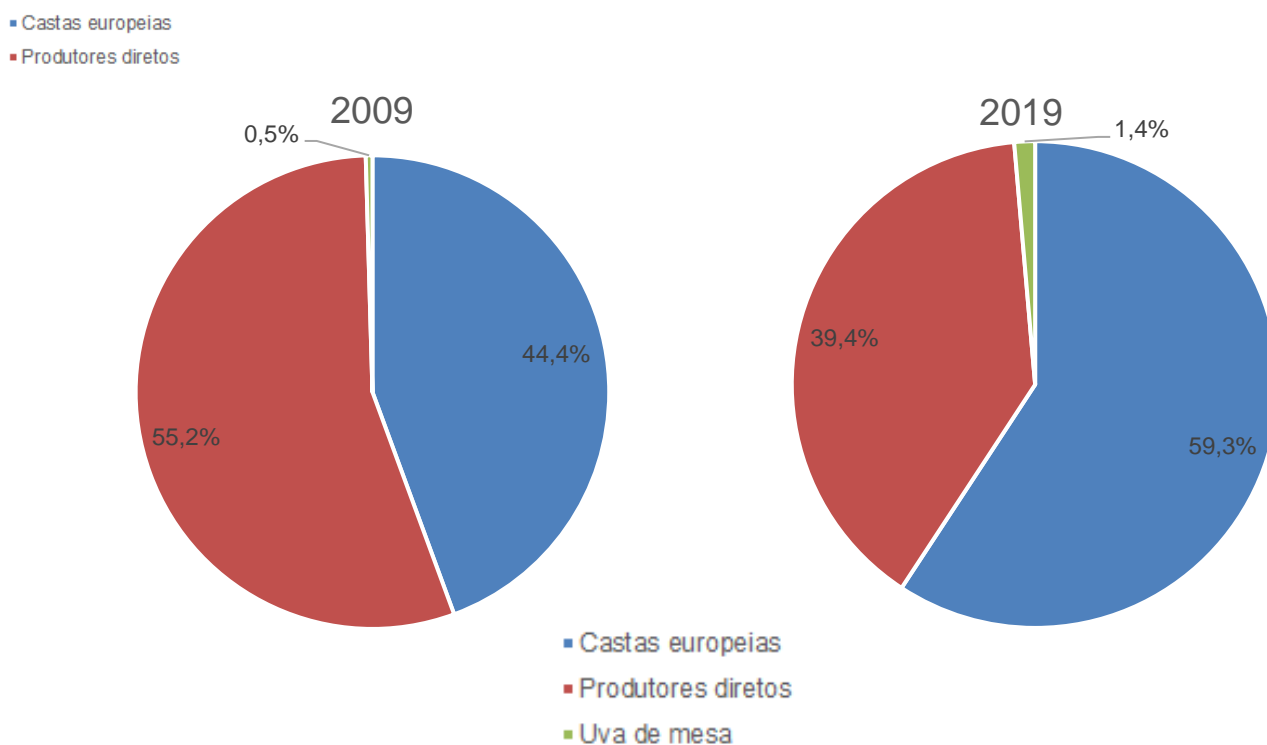
Fig. 16 – Superfície de castanheiros e nogueiras, 2019



Conforme referido anteriormente, a Região perdeu mais de um terço da sua área de vinha, fruto de uma redução de 55,9% na área de produtores diretos, que é constituída por castas não certificadas para a produção de vinho DOP (Denominação de Origem Protegida) ou IGP (Indicação Geográfica Protegida). Já no recenseamento anterior esta área tinha caído 43,2%. A área de castas europeias é agora predominante com um total de 413,8 ha, tendo também observado uma redução de 8,8 ha no período intercensitário.



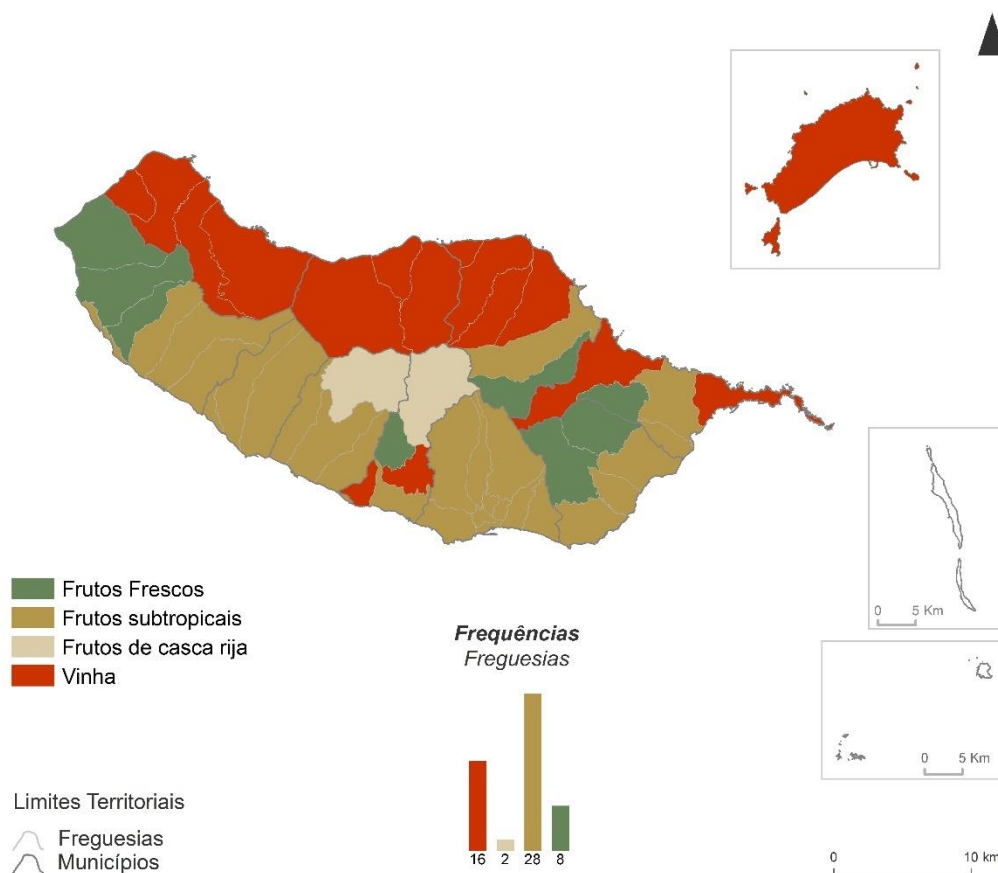
Fig. 17 – Superfície vitícola



Câmara de Lobos (179,8 ha; 88,9% de castas europeias para vinho), São Vicente (157,1 ha; 65,4%) e Santana (120,8 ha, com a maior parte da área, ou seja, 52,6% de produtores diretos) são os municípios com maiores áreas de vinha. De sublinhar que no RA09 era São Vicente que detinha a principal área. Em todos estes municípios, a área de vinha diminuiu, com maior dimensão em Santana (-44,4%).



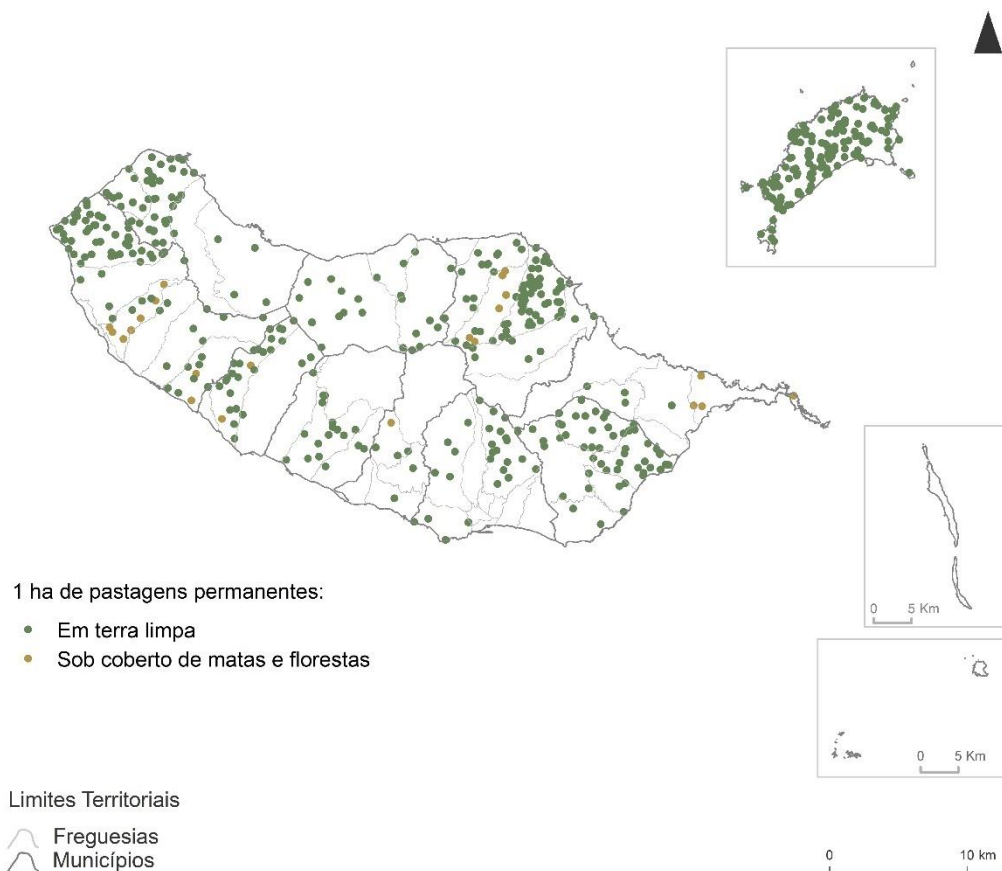
Fig. 18 – Ocupação predominante das culturas permanentes, 2019



No que respeita às restantes parcelas da SAU, a horta familiar (áreas destinadas à produção para autoconsumo) totaliza 130,0 ha, enquanto as pastagens permanentes em terra limpa e sob coberto de matas e florestas ocupam 516,7 ha e são maioritariamente pobres (71,2% do total), ou seja, não são alvo de rega, nem de adubações, nem de especiais cuidados por parte dos produtores, o que é, de certa forma, um reflexo da pouca relevância da atividade pecuária na Região. Porto Santo (138,1 ha; 26,7% do total) e Calheta (79,9 ha; 15,5%) são os municípios com as áreas mais significativas de pastagens permanentes na RAM.



Fig. 19 – Superfície de pastagens permanentes, 2019



### REGA – 83,1% da SAU é passível de ser regada

Em 2019, a percentagem de explorações agrícolas da RAM com sistema de rega era de 95,5%, menos 1,2 pontos percentuais (p.p.) que em 2009.

A superfície irrigável, que consiste na área de exploração que poderá ser regada (caso o produtor assim o entenda) rondava, em 2019, os 83,1%, menos 2,5 p.p que em 2009.

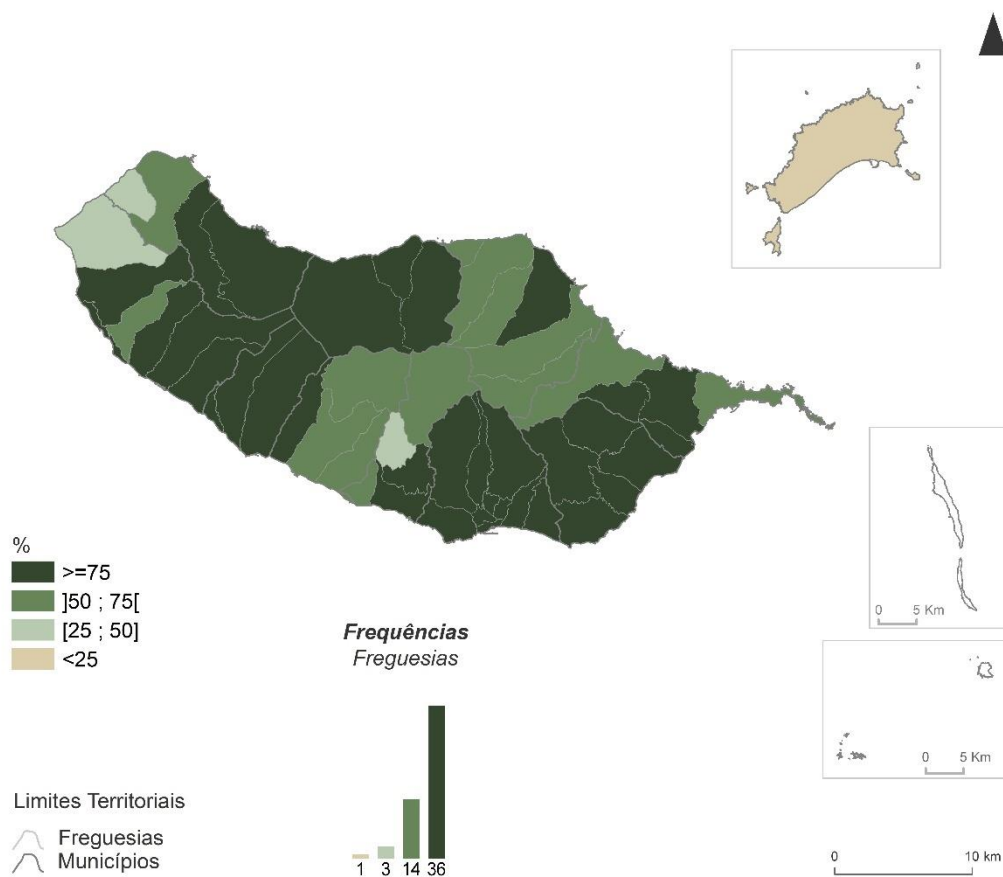
A percentagem de superfície regada na superfície irrigável é de 97,0%, a maior entre as regiões agrárias do País. Note-se que a percentagem de culturas temporárias regadas aumentou de 92,5% em 2009 para 93,8% em 2019, enquanto nas permanentes o crescimento foi mais ligeiro, de 84,1% para 84,3%, pela mesma ordem.



**Direção Regional de Estatística da Madeira**

*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*

Fig. 20 – Importância da superfície regada na SAU, 2019



73,6% das explorações madeirenses beneficiam de água de rega gerida pelo sector público, 21,7% tem água gerida pelo sector privado, enquanto 5,3% tem um sistema de rega individual.

A importância das levadas como origem da água de rega das explorações agrícolas da RAM ficou patente no RA19, com 84,8% das mesmas a usufruírem total ou parcialmente de água de rega proveniente de uma levada.

O tipo de rega mais utilizado continua a ser o tradicional (regos). O uso de métodos mais sofisticados varia de cultura para cultura. Por exemplo, a percentagem de área de hortícolas ao ar livre em cultura principal regada por métodos sob-pressão (aspersão ou localizada, incluindo-se nesta última a gota-a-gota e a micro-aspersão) era, em 2019, de 4,8%, enquanto nas flores e plantas ornamentais ao ar livre essa percentagem crescia para os



39,0%. No caso das bananeiras, 7,9% das explorações em que as bananeiras eram regadas, recorriam a aspersores ou a rega localizada.

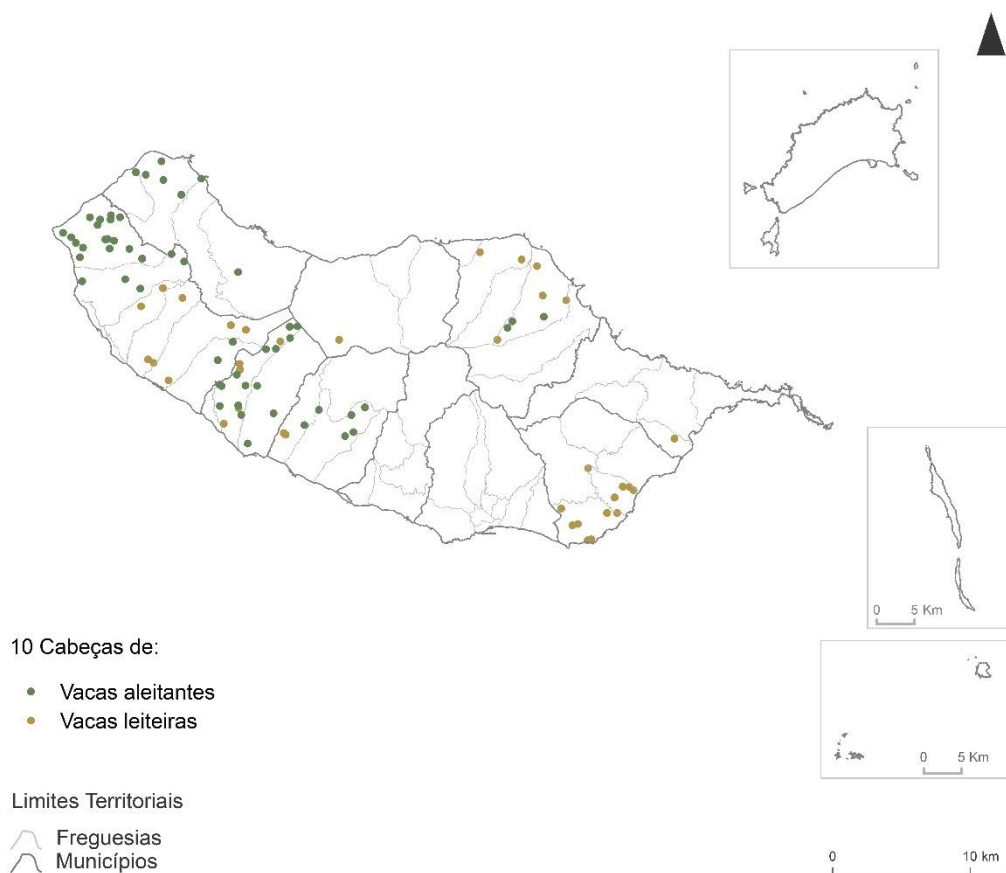
21,8% da área de vinha não é regada, mas nos restantes 78,2% que são regadas pelo menos uma vez no ano agrícola de referência, predomina o sistema tradicional de regos.

### **EFETIVOS ANIMAIS – Número de cabeças das principais espécies animais diminuiu**

Neste recenseamento foram também contados os efetivos animais. Na Região existiam 700 explorações com 3 851 bovinos, o que representa uma redução de 29,2% e 14,5%, respetivamente. A Calheta (21,1%) e a Ponta do Sol (18,6%) são os municípios que concentram mais animais desta espécie, sendo em Câmara de Lobos que o número médio de animais por exploração é maior (14,5). Na Região, este rácio não ultrapassava os 5,5 animais, mesmo assim acima do registado no recenseamento anterior (4,6). De notar ainda que, apesar do decréscimo dos bovinos, o número de vacas leiteiras mantém-se estável nos últimos dez anos (392 no RA19 e 390 no RA09).



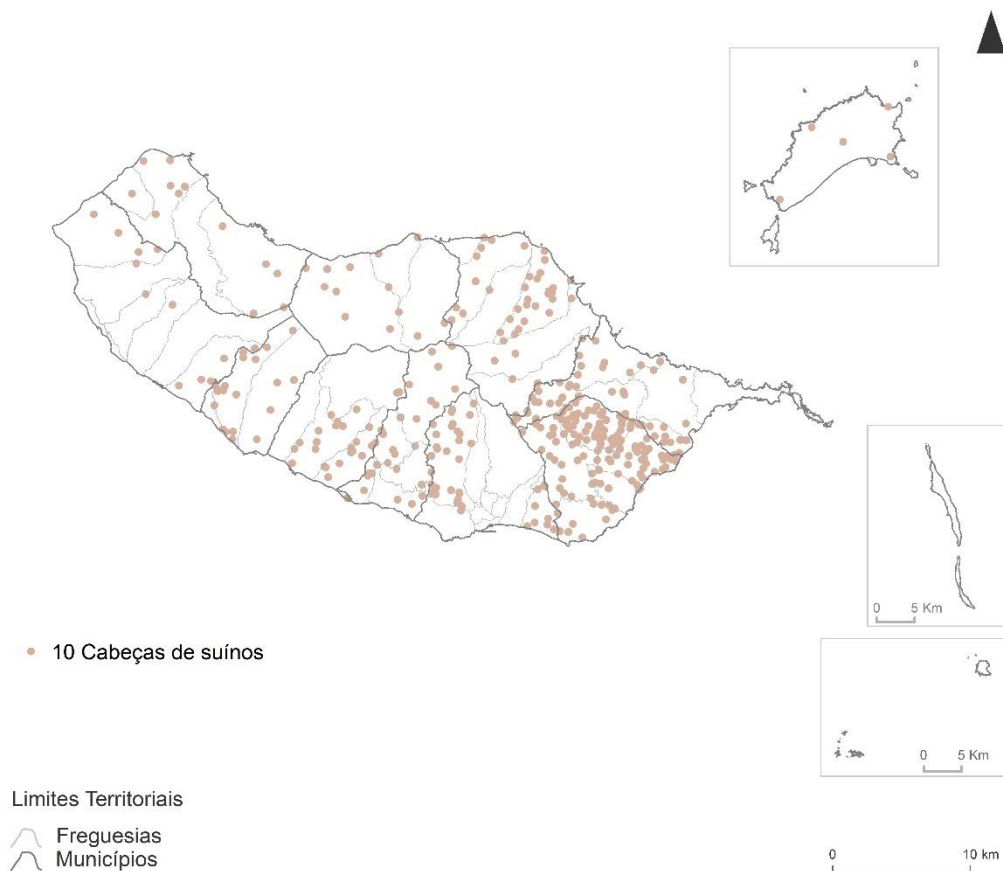
Fig. 21 – Efetivo bovino, 2019



Com o fecho de empresas de suinicultura na última década, o efetivo suíno caiu a pique, passando de 16 579 animais em 2 135 explorações no RA09 para apenas 3 693 animais em 1 470 explorações. Isto representa variações de 77,7% e 31,1%, respetivamente. Santa Cruz continua a concentrar a maior fatia dos suínos da Região (36,3%), sendo neste município que o número de animais por exploração é maior (10,0), embora muito inferior ao rácio de há dez anos (72,3). A dimensão média do efetivo na RAM é de apenas 2,5 (7,8 no RA09).



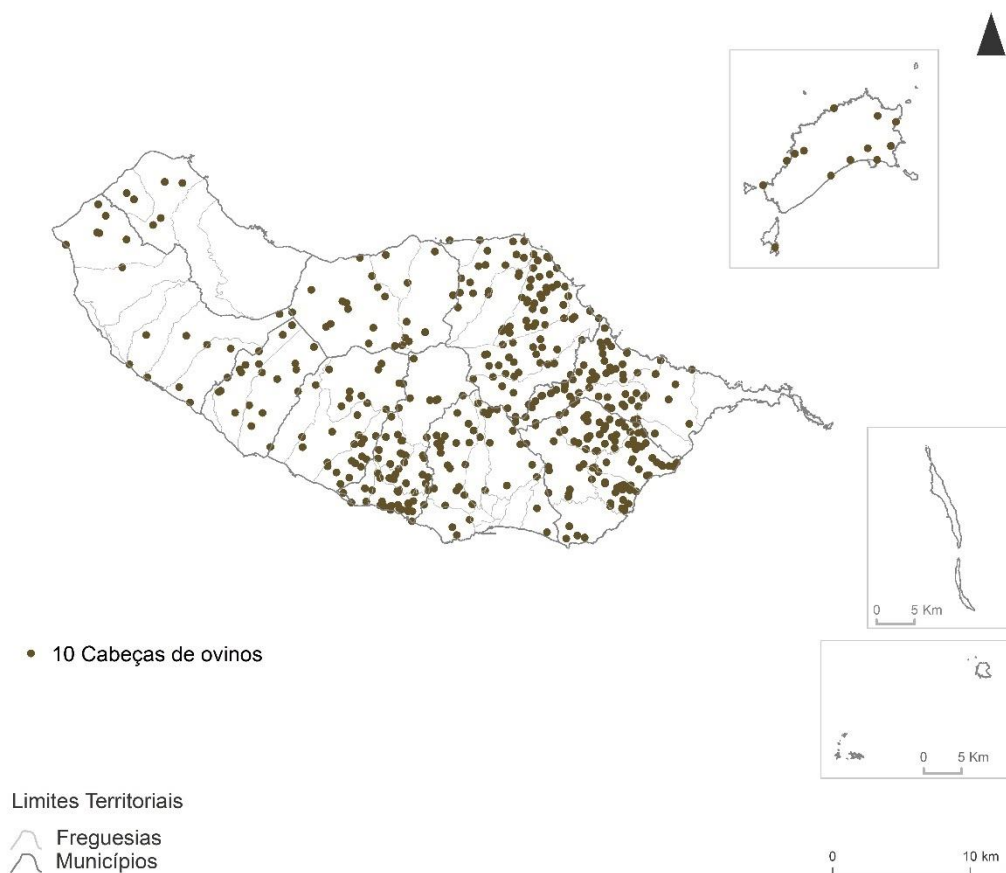
Fig. 22 – Efetivo suíno, 2019



O número de ovinos manteve-se relativamente estável entre os dois últimos recenseamentos. Em 2009, existiam 4 616 ovinos em 952 explorações, enquanto dez anos depois contabilizaram-se 4 583 ovinos em 908 explorações, representando variações de -0,7% e -4,6%, pela mesma ordem. Santa Cruz (21,6%) e Santana (18,5%) eram os municípios que concentravam mais animais desta espécie. A dimensão média do efetivo ovino passou de 4,8 animais em 2009 para 5,0 em 2019.



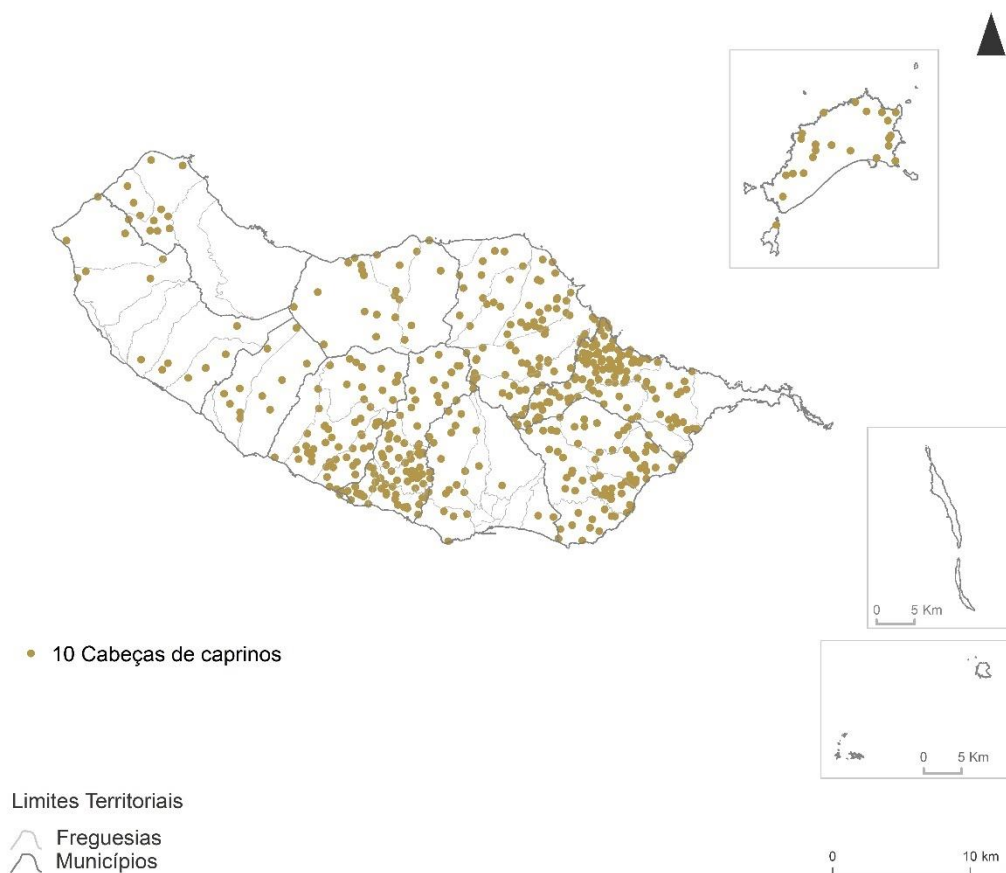
Fig. 23 – Efetivo ovino, 2019



Os caprinos passaram de 7 066 animais em 2 291 explorações no recenseamento de 2009 para 5 184 animais em 1 551 explorações no recenseamento de 2019, traduzindo diminuições de 26,6% e de 32,3%, respetivamente. Machico concentra a maior fatia de caprinos (24,7%), sendo o Porto Santo a apresentar a maior dimensão média (10,1 animais por exploração). A média regional do número de caprinos por exploração cresceu ligeiramente, de 3,1 animais em 2009 para 3,3 animais em 2019.



Fig. 24 – Efetivo caprino, 2019



Em sentido contrário, o número de coelhos aumentou de 2009 para 2019, passando de 7 118 para 9 064, significando um crescimento de 27,3%.

Essencialmente concentradas em aviários industriais, o número de aves ultrapassou as 600 mil, com predominância em Santa Cruz (78,9%). Embora, o número destes animais tenha sido substancialmente superior ao contabilizado no último Recenseamento, os momentos em que ocorrem os vazios sanitários e a própria dinâmica da oferta e procura desaconselham a retirada de conclusões a partir da variação entre 2009 e 2019.



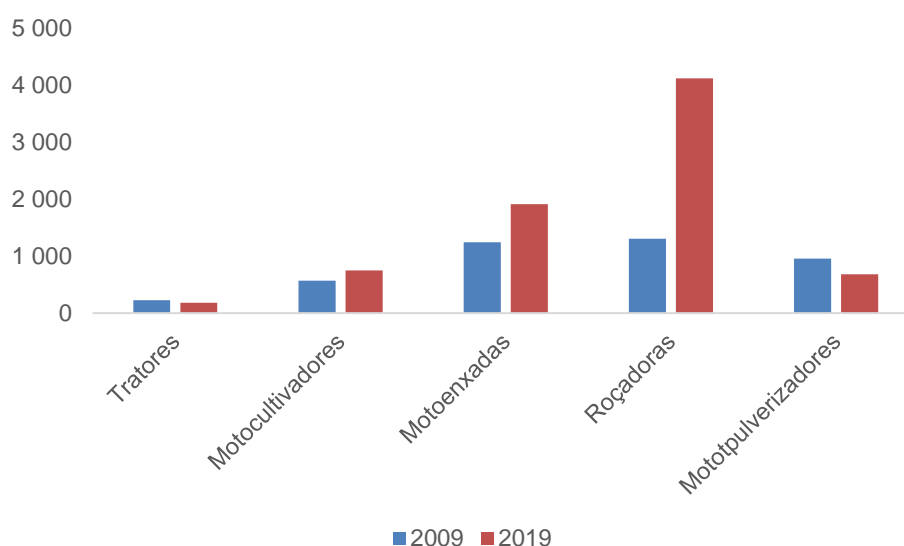
## MÁQUINAS AGRÍCOLAS – Motocultivadores, motoenxadas e roçadoras aumentaram nos últimos dez anos

A utilização de maquinaria agrícola na RAM está limitada pela morfologia do terreno, pela estrutura fundiária e pelo tipo de agricultura praticada. Estas condicionantes explicam que apenas 1,2% das explorações detenham trator, sendo que 2,2% utilizam trator (pertencente ou não à exploração), quando a nível nacional essa percentagem é de 81,3%.

O número de tratores identificados nas explorações madeirenses no RA19 foi de 184, -18,2% que em 2009.

Mais comuns são os motocultivadores e as motoenxadas que totalizaram 752 e 1 912 máquinas, respetivamente, representando, face ao recenseamento anterior, variações de 31,9% e de 53,9%, pela mesma ordem. Quanto aos pulverizadores e polvilhadores, contabilizaram-se 16 523, menos 1,6% que há 10 anos. O maior crescimento verificou-se nas roçadoras, cujo número mais que triplicou, para as 4 122.

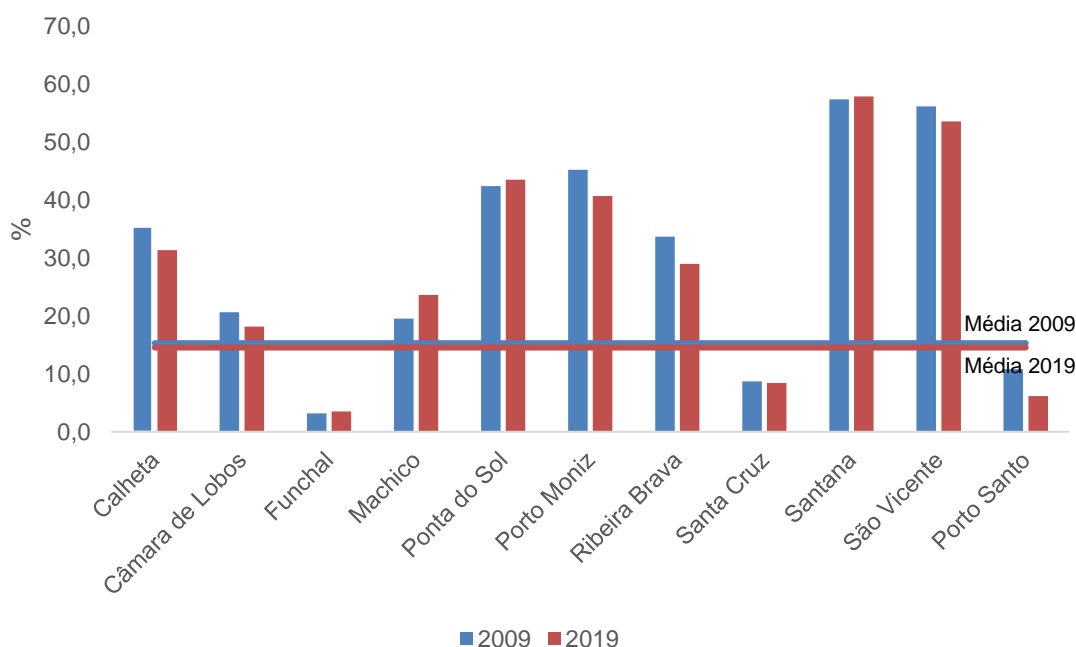
Fig. 25 – Máquinas agrícolas, 2009 e 2019



## POPULAÇÃO FAMILIAR E MÃO DE OBRA AGRÍCOLA – Produtor agrícola típico é homem, com mais de 65 anos e tem o 4.º ano de escolaridade

A população agrícola familiar, formada pelo produtor agrícola e pelos membros do seu agregado doméstico, quer tenham ou não trabalhado na exploração, era constituída por 36 931 pessoas, representado uma queda de 9,4% entre recenseamentos. Face à população residente estimada em 2019, a população agrícola familiar constitui 14,5% desse total. Esta percentagem é muito superior à nacional, que não ultrapassa os 6,5%.

Fig. 26 – Peso da população agrícola familiar na população residente, 2009 e 2019



O agregado familiar do produtor é constituído em média por 2,8 pessoas (2,4 no País). Em 54,8% destes agregados existem beneficiários de pensões e reformas.

Os produtores agrícolas madeirenses são maioritariamente homens, têm mais de 65 anos, completaram apenas o 1.º ciclo do básico, a sua formação agrícola é exclusivamente prática e trabalham menos de 25% do seu tempo de trabalho à exploração.

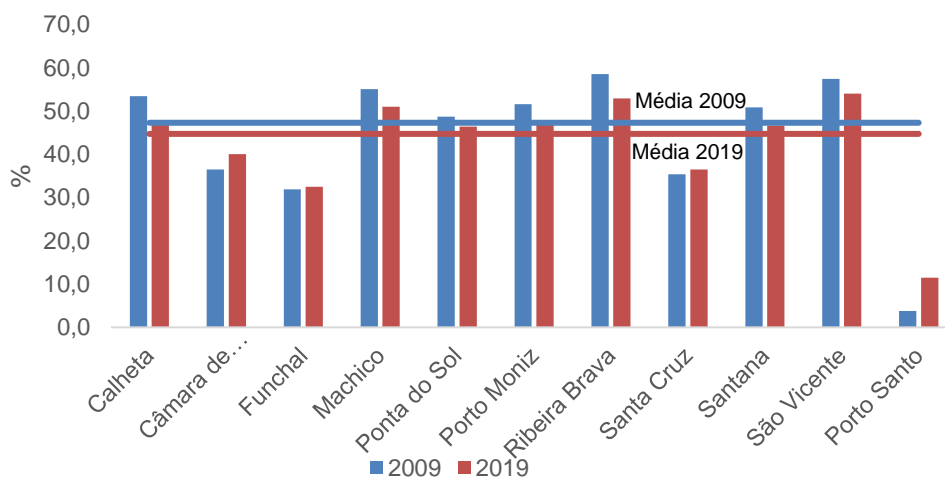


**Direção Regional de Estatística da Madeira**

*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*

Em 2019, a percentagem de produtores agrícolas homens era de 55,2%, superior à de 2009 (52,7%). De notar que nos municípios de Machico (51,0%), Ribeira Brava (52,9%) e São Vicente (54,1%) existem mais mulheres produtoras do que homens, sendo a RAM a região do país com maior representatividade de mulheres produtoras.

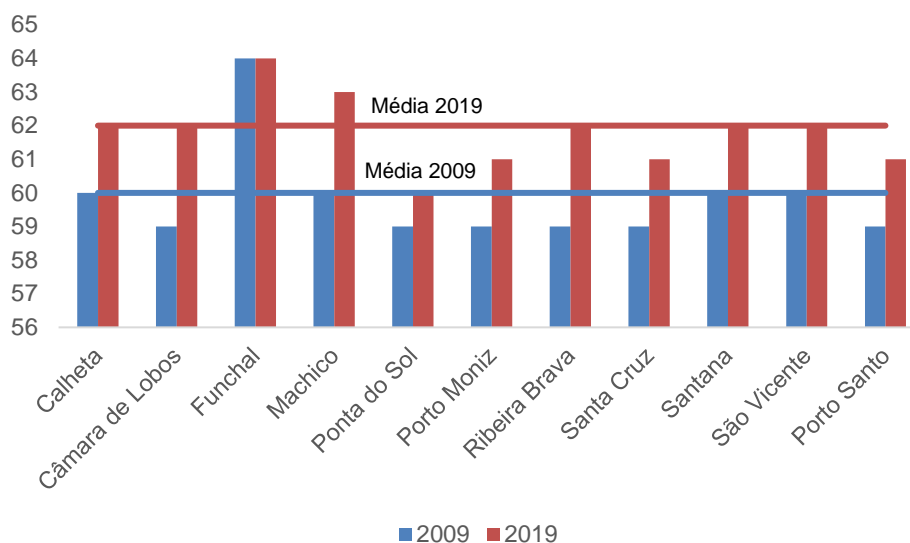
Fig. 27 – Percentagem de mulheres produtoras, 2009 e 2019



De acordo com o RA19, a média de idades dos produtores madeirenses ronda os 62 anos, mais 2 anos que em 2009, aproximando-se da média nacional (64 anos), que aumentou apenas um ano. Contudo, apenas a Região Autónoma dos Açores apresenta produtores menos idosos que a RAM (55 anos).



Fig. 28 – Idade média do produtor agrícola, 2009 e 2019

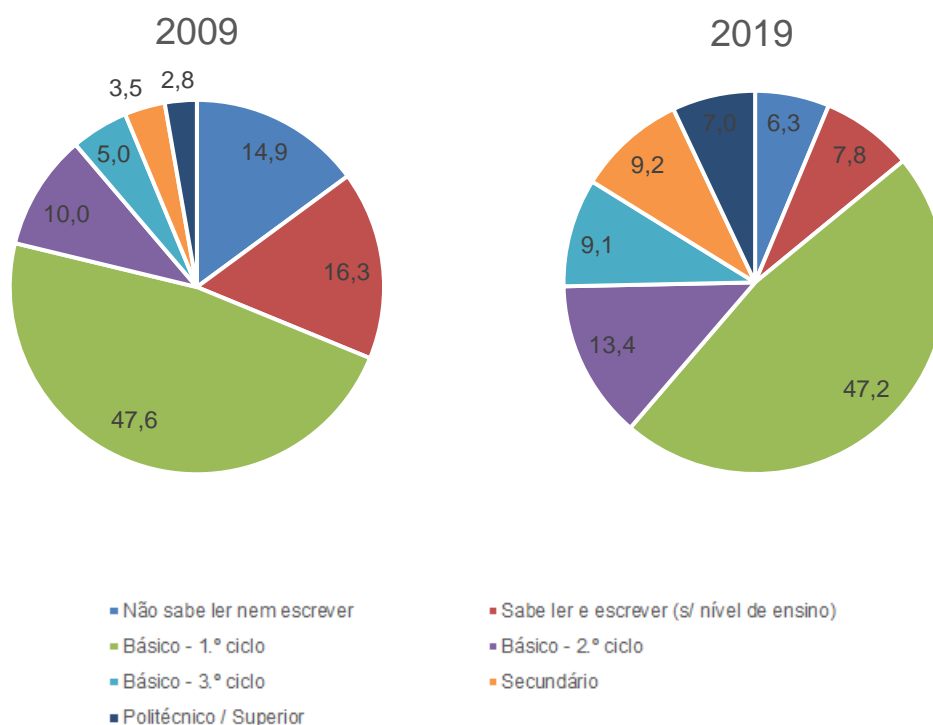


No que respeita ao nível de ensino completo, 6,3% dos produtores não sabe ler nem escrever, o que representa uma redução substancial face ao RA09 (14,9%).

É perfeitamente visível a melhoria das habilitações dos agricultores madeirenses, com a redução do número de produtores com habilitações até ao 1.º ciclo do ensino básico e crescimento desde o 2.º ciclo do ensino básico até ao ensino superior. Os aumentos mais significativos verificaram-se nos ensinos secundário (158,6%) e superior (+150,7%).



Fig. 29 – Nível de escolaridade completo do produtor agrícola (%), 2009 e 2019



No que respeita à formação profissional agrícola, os produtores que frequentaram cursos ou ações de formação agrícola, cresceram exponencialmente entre 2009 e 2019, passando de 3,3% para 41,9%, refletindo a obrigatoriedade da frequência de aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

Comparativamente ao RA09, o tempo trabalhado pelos produtores nas suas explorações agrícolas diminuiu. Em 2009, 11,2% laborava a tempo completo na exploração, enquanto em 2019 foram apenas 4,8%. O peso dos que trabalham menos de 50% do tempo também cresceu, passando de 53,3% em 2009 para 70,3% em 2019.

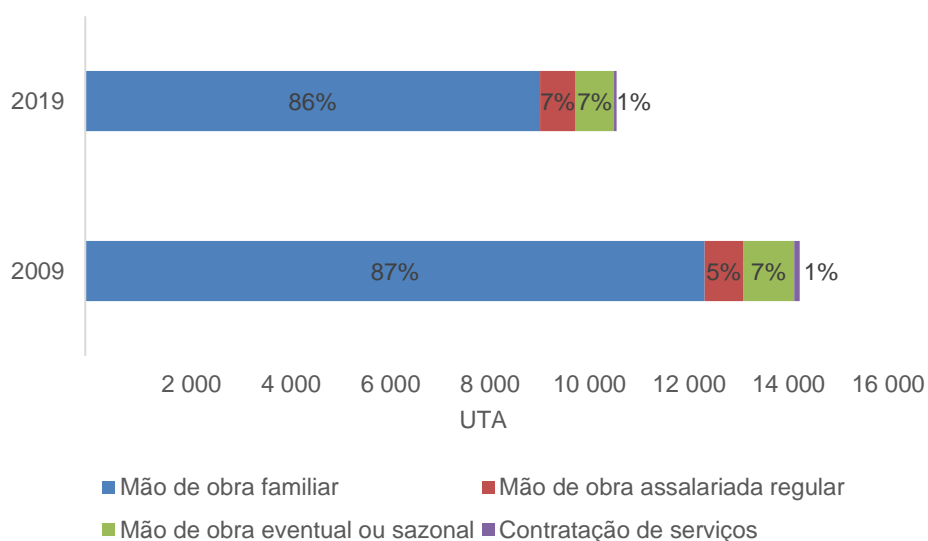
O número de produtores que tem outra atividade para além da exploração também aumentou entre os dois recenseamentos, passando de 32,8% para 40,0%.

No que respeita à mão de obra agrícola, medida em unidades de trabalho ano (1 UTA equivale a 225 dias de trabalho, cada um com 8 horas) verificou-se, em termos globais,



uma redução de 25,6% entre os dois recenseamentos. Na mão de obra familiar essa quebra foi de 26,5%, enquanto na não familiar a diminuição revelou-se menor, de 19,7%. Os trabalhadores permanentes, apesar de terem crescido em número (+9,7%), a avaliação em UTA evidencia uma descida de 7,4%, enquanto a mão de obra eventual (a predominante) reduziu-se em 25,8%.

Fig. 30 – Composição da mão de obra medida em UTA, 2009 e 2019



De notar que segundo o RA19, 85,6% da mão de obra é de origem familiar, enquanto 14,4% é não familiar. No recenseamento anterior, estas percentagens eram de 86,7% e 13,3%, respetivamente.

Os dirigentes das sociedades agrícolas madeirenses são maioritariamente homens (85,0%) e apresentam a média de idades mais elevada do País (54 anos, menos 10 que os produtores singulares). 42,5% têm estudos superiores e 22,5% trabalham na exploração a tempo completo. A maior parte tem formação profissional em atividades agrícolas (51,3%) ou mesmo completa (7,5%).

A análise da origem do rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola singular (ou seja, aquele que usa predominantemente mão de obra do agregado doméstico) revela que apenas 3,5% desses agregados têm rendimentos exclusivamente provenientes da



exploração agrícola (5,2% no País), ou seja, -0,2 p.p. que no recenseamento anterior. No RA19, 10,1% referem que o seu rendimento vem principalmente da atividade da exploração, contra 13,4% no RA09. A percentagem de agregados que declara que a maior parte do seu rendimento provém fora da exploração, cresceu de 82,9% em 2009 para 86,3% em 2019.

Apesar da reduzida dimensão das explorações, a grande maioria dos produtores singulares madeirenses contavam, 2 anos depois de terem respondido ao entrevistador do RA19, ter a sua exploração ativa. Efetivamente essa era a intenção de 98,8% do universo de produtores que respondeu a esta questão. Os motivos apontados são fundamentalmente dois: complemento ao rendimento familiar (56,7%) e o valor afetivo (27,8%). 7,6% afirmam que a exploração é economicamente viável, quase o dobro do que em 2009 (4,0%). Por fim, 6,0% referem não ter alternativa profissional, menos de metade que no recenseamento anterior (13,6%).

### **CONDICIONALISMOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA – Ataques de ratos motivam queixa de 2 em cada 3 explorações**

Os produtores agrícolas da Região, no RA19, responderam também sobre se os ataques de fauna, problemas de erosão, infestantes e proximidade de árvores esgotantes do solo condicionavam a atividade agrícola. Quase 3 em 4 explorações (74,2%) queixa-se de ataques de fauna, principalmente de ratos (67,6%). Ribeira Brava (84,4%) e Machico (83,9%) lideram nas queixas desta espécie de roedores, menos presentes no Porto Santo (41,2%). O pombo trocaz aflige cerca de um quarto das explorações (24,7%) e marca presença essencialmente na costa norte da ilha da Madeira, onde mais de metade das explorações são atacadas por esta espécie em São Vicente (51,7%), seguindo-se o Porto Moniz (46,3%) e Santana (42,1%).



Fig. 30 a 35 – Condicionalismos à atividade agrícola

Fig. 30 – Árvores esgotantes do solo

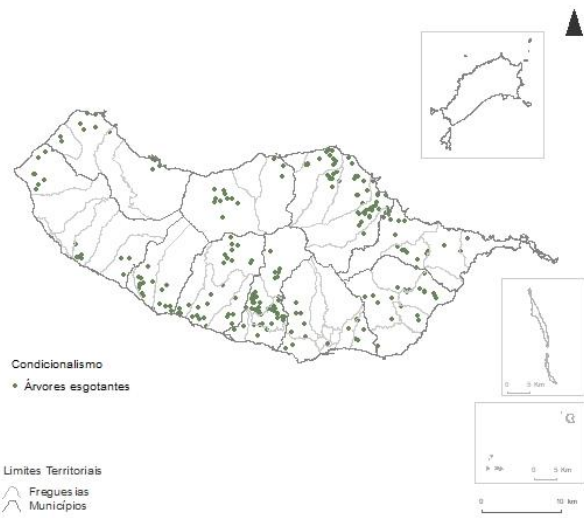


Fig. 31 – Infestantes

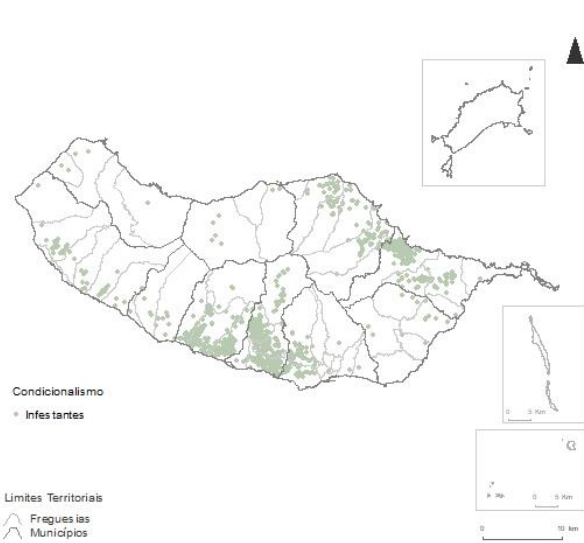


Fig. 32 – Ataques de fauna - coelhos

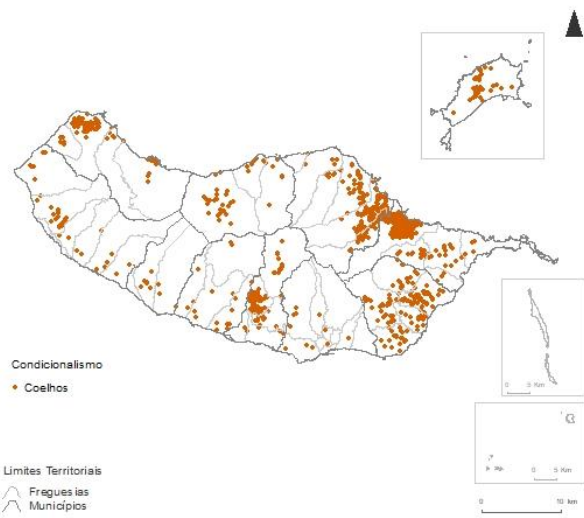


Fig. 33 – Ataques de fauna - ratos

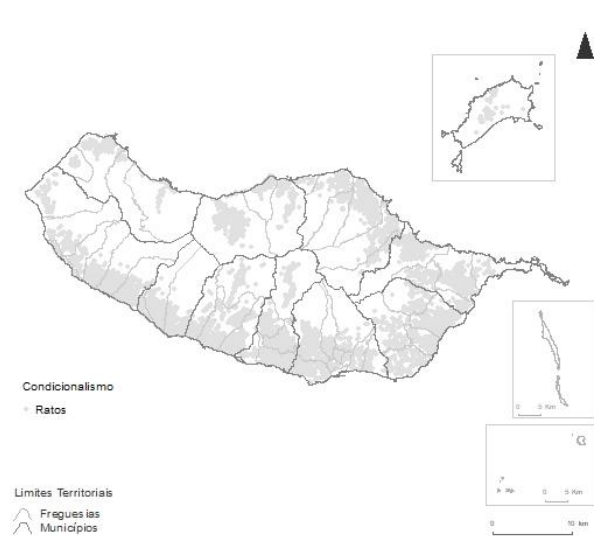


Fig. 34 – Ataques de fauna – pombo trocaz

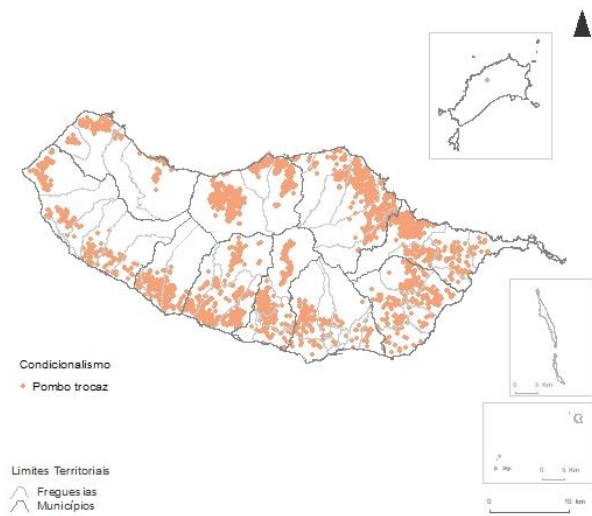


Fig. 35 – Ataques de fauna – outras aves

